



Jornal Oficial do Município de Londrina

IMPrensa Oficial do Município de Londrina

ANO XX

Nº 3228

Publicação Diária

Sexta-feira, 31 de março de 2017

EDIÇÃO EXTRA

JORNAL DO EXECUTIVO ATOS LEGISLATIVOS

RELATÓRIOS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA
ADMINISTRAÇÃO DIRETA - CNPJ. Nº 75.771.477/0001-70
BALANÇO PATRIMONIAL - ANEXO 14 - LEI 4.320/64
EXERCÍCIO DE 2016

Digitally signed by
MUNICÍPIO DE
LONDRINA:7577147700
0170
DN: c=BR, st=PR,
l=LONDRINA, o=ICP-
Brasil, ou=Secretaria da
Receita Federal do Brasil
- RFB, ou=ARCORREIOS,
ou=RFB e-CNPJ A1,
cn=MUNICÍPIO DE
LONDRINA:7577147700
0170
Date: 2017.03.31
17:57:00 -03'00'

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	559.766.014,37	416.556.721,46	PASSIVO CIRCULANTE	146.932.025,81	117.562.172,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	167.430.531,10	181.971.934,25	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	28.751.068,11	30.946.752,21
Caixa e Equivalente a Caixa em Moeda Nacional	167.430.531,10	181.971.934,25	Pessoal a Pagar	2.248.591,33	5.776.804,80
Créditos Realizáveis a Curto Prazo	260.418.495,45	102.433.276,06	Benefícios Previdenciários a Pagar	0,00	0,00
Créditos Tributários a Receber	115.243.474,83	105.362.621,48	Benefícios Assistenciais a Pagar	6.833,17	6.334,81
Clientes	0,00	0,00	Encargos Sociais a Pagar	26.495.643,61	25.163.612,60
Créditos de Transferências a Receber	9.106.672,62	6.217.024,56	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	52.335.511,31	48.968.272,46
Dívida Ativa Tributária	900.203.563,64	805.893.139,08	Empréstimos a Curto Prazo - Interno	42.795.854,41	43.365.643,88
Dívida Ativa Não Tributária	550.353.989,97	0,00	Financiamentos a Curto Prazo - Interno	8.697.023,70	4.903.799,81
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	-1.314.489.205,61	-815.039.509,06	Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	842.633,20	698.828,77
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	129.095.609,17	129.269.045,75	Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo	11.007.363,54	6.729.962,44
Adiantamentos Concedidos Pessoal e a Terceiros	11.793,35	11.329,08	Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo	11.007.363,54	6.729.962,44
Tributos a Recuperar / Compensar	57.390,81	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	297.551,82	568.688,17
Créditos por Danos ao Patrimônio	17.083.761,44	0,00	Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União Consolidado	296.502,81	568.047,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	40.947.714,39	34.529.903,85	Obrigações Fiscais a Curto Prazo		
Dívida Ativa Não Tributária - Demais Créditos	0,00	392.388.326,37			
Outros Créditos a Receber e Valores a Receber	70.994.949,18	63.243.081,91			
(-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	-360.903.595,46			
Estoques	2.821.378,65	2.882.465,40			
Almoxarifado	2.821.378,65	2.882.336,61			
Outros Estoques	0,00	128,79			

ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.190.642.281,63	1.434.128.566,08	Prazo com os Estados Consolidado	1.049,01	640,32
Ativo Realizável a Longo Prazo	595.909,81	2.260.374,31	Provisões de Curto Prazo	1.100.000,00	1.050.000,00
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	595.909,81	2.260.374,31	Provisões de Curto Prazo	1.100.000,00	1.050.000,00
Investimentos	118.552.230,60	114.273.806,78	Demais Obrigações a Curto Prazo	53.440.531,03	29.298.497,45
Participações Permanentes	118.552.230,60	135.774.318,01	Valores Restituíveis	11.990.173,74	10.271.540,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimento	0,00	-21.500.511,23	Outras Obrigações a Curto Prazo	41.450.357,29	19.026.957,36
Imobilizado	2.070.722.676,95	1.316.950.070,13	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	452.998.285,18	412.345.425,76
Bens Móveis	86.325.622,10	80.265.007,86	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	213.850.891,22	275.445.627,30
Bens Imóveis	1.984.397.054,85	1.236.685.062,27	Pessoal a Pagar	0,00	55.955.043,00
Intangível	771.464,27	644.314,86	Encargos Sociais a Pagar	213.850.891,22	219.490.584,30
Softwares	771.464,27	644.314,86	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	118.994.223,99	55.234.608,93
			Empréstimos a Longo Prazo - Interno	48.941.110,50	4.830.717,20
			Financiamentos a Longo Prazo - Interno	70.053.113,49	50.403.891,73
			Obrigações Fiscais de Longo Prazo	19.035.308,96	18.141.111,44
			Obrigações Fiscais a Longo Prazo com a União Consolidado	19.035.308,96	18.141.111,44
			Demais Obrigações a Longo Prazo	101.117.861,01	63.524.078,09
			Outras obrigações a Longo Prazo	101.117.861,01	63.524.078,09
			TOTAL DO PASSIVO	599.930.310,99	529.907.598,49
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
			Resultados Acumulados	2.150.477.985,01	1.320.777.689,05
			Resultado do Exercício	148.127.118,80	-649.826.844,19
			Resultados de Exercícios Anteriores	1.320.815.848,86	1.133.165.853,57
			Ajustes de Exercícios Anteriores	681.535.017,35	837.438.679,67
			Lucros e Prejuízos Acumulados		
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.150.477.985,01	1.320.777.689,05
T O T A L	2.750.408.296,00	1.850.685.287,54	T O T A L	2.750.408.296,00	1.850.685.287,54

ATIVO FINANCEIRO	210.063.699,96	219.857.501,06	PASSIVO FINANCEIRO	124.276.706,08	122.030.034,04
ATIVO PERMANENTE	2.540.344.596,04	1.630.827.786,48	PASSIVO PERMANENTE	574.418.969,72	505.088.907,15
SALDO PATRIMONIAL				2.051.712.620,20	1.223.566.346,35

CONTAS DE CONTROLES					
Saldo dos Atos Potencias Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Garantias e Contragarantias Recebida a Executar	3.172.618,66	3.135.213,43	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	119.840.022,26	125.720.764,63
Direitos Conv. e Outros Instrumentos Congen.a Receber	9.645.774,96	13.465.925,75	Obrig. Coven.e Outros Instrum. Congeneres a Liberar	555.689,29	1.408.898,17
Diretos Contratuais a Executar	203.466.000,00	0,00	Obrigações Contratuais a Executar	433.988.950,82	354.618.677,73
Outros Atos Potenciais Ativo a Executar	0,00	0,00	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	7.150.224.050,25	7.811.584.444,62
TOTAL	216.284.393,62	16.601.139,18	TOTAL	7.704.608.712,62	8.293.332.785,15

DEMONSTRATIVO DE SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL		
FONTES DE RECURSOS	Exercício Atual	Exercício Anterior
0 Recursos Ordinários (Livres)	1.551.193,16	4.735.391,54
69 Receitas Intra-Orçamentárias - P. 869/05 STN	58.696,52	67.690,94
76 IRRF / FMDCA	19.209,13	16.926,85
78 Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-Ld	2.368.790,04	1.781.276,26
79 Recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA	1.421.566,34	1.413.075,32
81 Serviço de Patrulha Rural Mecanizada / SMAA	64.737,04	83.785,54
85 Termo de Compromisso - EIV nº 50/2014 - Boulevard	750.660,27	3.965.694,65
86 Serviços de Inscrição em Concursos Públicos	75.423,32	44.951,28
87 Recursos Retidos - Devolução Greve 2006	25.788,15	608.299,72
88 Processamento e Gerenciamento de Créditos / CAIXA	214.569,86	3.087.987,90
90 Fundo Municipal de Saneamento Básico e Desenvolvimento Sustentável	19.511.284,62	-
94 Retenções em Caráter Consignatório	-	-
101 FUNDEB 60%	1.628.621,51	9.628.281,81
102 FUNDEB 40%	8.218,46	100.398,97
103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	3.311.282,23	6.409.124,50
104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	119.182,14	-
107 Salário - Educação	474.847,93	5.137.363,58
108 Programa Especial de Apoio Financeiro Suplementar para Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil / FNDE - SME	96.937,46	702.884,77
109 Programa Dinheiro Direto na Escola - Centro de Educação Infantil João Rampazzo / PDDE / FNDE / SME	539,90	210,15
110 Programa Nacional de Alimentação Escolar / Ensino Fundamental - PNAE	-	-
111 Escritura Pública de Assunção de Obrigação - Ana/Jorge Baldin	181.637,41	160.065,59
117 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	46.791,50	81.474,77
125 Transporte Escolar - PETE / ESTADO	184.713,74	812.440,31
128 Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM Urbano	3.926,75	3.609,81
129 Convênio - Alimentação Escolar / FNDE / SME	334.120,26	130.690,58
130 Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Urbano II	192.883,54	178.038,28
131 Programa Proinfância - Convênio nº 656.977 / SME	36.232,43	26.542,76
132 Convênio nº 272009412/2009 / SEED - Escola Indígena	-	-
133 Programa ProInfância - Construção de Escolas - Jd. Sabará / Pq. das Indústrias	367.429,44	315.521,94
134 Programa Nacional de Inclusão de Jovens-Projovem Urbano II / 2012	603.462,90	104.746,04
135 Termo de Compromisso PAC 202932/2012	2.942.900,69	2.705.237,62
136 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso 201300243- FNDE / MEC /SME	88.648,83	120.086,91
137 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso 201301257 - FNDE / MEC / SME	25.106,21	22.927,59
138 Programa Proinfância / Metodologias Inovadoras -Termo de Compromisso PAC 2 - 04099/2013 - FNDE / MEC / SME	1.009.201,97	921.627,45
139 Programa Proinfância / Metodologias Inovadoras - Termo de Compromisso PAC 2 - 06734/2013 - FNDE / MEC / SME	934.202,84	862.056,92
140 Programa Proinfância / Metodologias Inovadoras - Termo de Compromisso PAC 2 - 07008/2013 - FNDE / MEC / SME	930.579,41	858.713,33
141 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201306184 - FNDE / MEC / SME	-	-
142 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201402983 - FNDE / MEC / SME	43.778,61	39.979,67
143 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201401789 - FNDE / MEC / SME	3.901,88	- 447.673,24
144 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201401678 - FNDE / MEC / SME	- 58.224,00	- 17.754,00
145 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201403153/2014 - FNDE / MEC / SME	137.375,11	383.503,97
146 Programa Proinfância - Termo de Compromisso PAC 2 - 09790/2014 - FNDE / MEC / SME	125.307,87	114.434,15
147 Programa Brasil Carinhoso - FNDE / MEC / SME	634.181,94	448.885,17
148 Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201403032 - FNDE / MEC / SME	137,95	- 167.440,00

150	Plano de Ações Articuladas - PAR - Termo de Compromisso nº 201600016 - FNDE / MEC / SME	104.400,07	-
303	Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	-	-
501	Receitas de Alienações de Ativos	1.039.367,36	699.400,01
504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	455.587,07	568.765,62
507	COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	34.089.006,62	38.845.776,91
510	Taxas - Exercício Poder de Polícia	972.873,78	671.578,53
511	Taxas - Prestação de Serviços	207.682,92	1.630.005,58
512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	583.332,32	84.729,56
515	FUNREBOM	5.771.257,03	7.961.841,99
556	Transferências Lei 9615/98	131.854,37	129.971,95
601	Operações de Crédito - PMAT/BNDES	223,78	212,56
603	Programa de Intervenções Viárias - PROVIAS / BNDES	-	-
605	Pavimentação e Viaduto - Agência de Fomento do Paraná/2010	5.379,23	- 820.858,43
610	Operações de Crédito - Agência de Fomento do Paraná S.A.	17.880,91	16.406,78
614	Operações de Crédito Internas	184.468,31	1.287.373,00
615	Operação de Crédito - PAC 2 - Rua Antônio Carvalho Lage acesso à PR-445 e Avenida Angelina Riccio Vezozzo acesso à BR-369	365,34	- 903.765,66
616	Operação de Crédito - PAC 2 - PRÓ -TRANSPORTE - Arco Leste	- 3.370.076,94	-
618	Operação de Crédito - PAC 2 - PRÓ -TRANSPORTE BHLS	- 2.917.556,90	-
619	Operação de Crédito - AFPR - Pavimentação / Recape Vias Urbanas	- 728.703,84	- 6.024.629,39
620	Operação de Crédito - AFPR - Equipamentos Rodoviários / PROMAP	67.408,28	59.450,89
621	Operações de Crédito Ampliação e Modernização do Aeroporto - AFPR	73.217,59	66.864,06
625	Operação de Crédito para Desapropriação de Imóveis / Ampliação e Modernização do Aeroporto - AFPR / 2016	75.416,10	-
700	Convênio nº 813735/2014 - Promoção da Igualdade Racial / Chefia de Gabinete	82.769,93	79.915,08
701	Praça da Juventude	-	-
703	Convênio Informação e Readequação do Acervo de Bibliotecas - SETI/SMC	-	-
705	Convênio MTE/SENAES nº 754229/2010 Apoio ao Centro Público de Economia Solidária	-	-
706	Contrato de Repasse 0301551-32/2009/Min.Cidades/CAIXA/Programa FNHIS/SMG/FMHL	- 595.502,74	- 415.833,33
707	Contrato de Repasse 0333291-52/2010/FNAS/CAIXA/Construção CRAS - Norte A - SMAS/	-	-
708	Contrato de Repasse 0338620-44/2010/FNAS/CAIXA/Construção CRAS - Centro B - SMAS	1.594,69	1.594,69
709	Convênio nº 742236/2010 / MINC / FNC - Agentes de Leitura / SMC	- 3.047,17	- 3.047,17
711	Plano de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas MDSCF / FNAS	503,45	503,45
712	Contrato de Repasse 0333292-66/2010/FNAS/CAIXA/Construção CRAS - Norte B - SMAS	-	-
713	Contrato de Repasse 0333293-70/2010/FNAS/CAIXA/Construção CRAS - Centro A - SMAS	-	-
714	Convênio - Construção de Pista de Bicicross	77.828,58	27.870,31
715	Convênio nº 750130/2010/SNAS/MDS- Habilitação/Reabilitação Pessoa c/Deficiência	-	-
716	Contrat. Repasse 0333286-88/2010/FNAS/CAIXA-Ampl. Centro de Conviv. Idoso- Obras	-	-
717	Convênio nº 145/2008/SNAS/MDS - Aquis. Equipamentos p/ a Rede de Proteção Social	-	-
718	PEC - Praça dos Esportes e da Cultura - Santa Rita / SMOP	315.568,91	291.539,93
719	Convênio MTE/SPPE/CODEFAT Nº 095/2007 - SMTER	1.154,57	1.154,57
721	Convênio nº 374/2011 - FIA / SEDS - SMAS / FMDCA	-	-
722	Academias ao Ar Livre - Contrato de Repasse nº 0363904-99/2011/ME/Caixa/SM	-	- 25.388,09
724	Convênio nº 242 / DEFNAS / SNAS / MDS / 2008 - SMAS / FMAS	-	749.462,31
725	Convênio nº 072/2011/SPM/PR/SMPM	-	-
726	Contrato de Repasse nº 0369200-15/2011/MinCidades/Caixa - SMOP	-	-
727	Convênio nº 025/2011/SPM/PR / SMPM	1.110,38	1.024,70
728	Contrato de Repasse nº 0373169-02/2011/ME/Caixa	- 0,10	- 0,10
729	Contrato de Repasse nº 0373169-02/2011 / Ministério do Esporte / CAIXA - SMOP	- 14.656,71	- 382.517,34

730	CONVÊNIO Nº 776780/2012 - MTE / SPPE / CODEFAT Nº 125/2012 / SMTER	-	105.842,48	235.917,39
731	Convênio nº 425/2011 / SEDS / FIA / PR - Programa Crescer em Família - FMDCA	-	-	-
732	PEC- Mobilização Social e Gestão da Praça dos Esportes e Cultura - Santa Rita / FMAS		12.655,81	11.278,56
733	Convênio - Programa Liberdade Cidadã - Medidas Socioeducativas em meio aberto / FIA / SMAS		155.628,74	166.165,24
734	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego / PRONATEC / BSM / FMAS		1.057.203,54	953.831,02
735	Contrato de Repasse nº 775663/2012/ FNAS / CAIXA - Construção CRAS - Região Leste		134.293,23	330.389,54
736	Contrato de Repasse nº 775749/2012/ FNAS / CAIXA - Construção Centro POP		-	29.038,01
739	Promoção e Fortalecimento da Agricultura Familiar - C.Repasse nº 792823 / 2013- MDA/Caixa/SMAA		127.215,57	218.099,94
740	Programa Prodesa- Contrato de Repasse nº 793661/2013 - MAPA/Caixa/ SMAA		341,51	3.866,20
743	Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/JORNADA	-	-	-
744	Programa Erradicação do Trabalho Infantil - PETI/BOLSA	-	-	-
746	Programa de Proteção Social Básica ao Idoso	-	-	-
748	Convênio- Apoio ao Manejo e Fertilização de Solo -SEAB/SMAA	-	-	61.012,50
749	Convênio- Caminho das Pedras - SEAB/SMAA		46.660,30	200.327,01
751	Programa de Proteção Social Básico ao Jovem de 15 a 17 anos - Bolsa	-	-	-
753	Programa de Proteção Social Básica à Infância	-	-	-
754	Contrato de Repasse nº 787272/2013 - Construção de Centro de Treinamento para Ciclismo / ME / CAIXA / SMOP		47.748,14	19.272,28
755	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - Piso Básico Variável - PBV / SCFV / SMAS		829,02	179.694,06
756	TERMO DE COMPROMISSO Nº 0425966-70/2014 / MINISTÉRIO DO ESPORTE / CAIXA - CENTRO DE INICIAÇÃO AO ESPORTE / SMOP	-	15.000,00	- 15.000,00
757	Programa de Proteção Social Básica - Variável / 2006	-	-	-
758	Programa de Proteção Social Especial - Fixo / 2006		4.647,08	3.749,37
759	Programa de Proteção Social Especial - Variável / 2006		520,49	5.302,21
760	Programa Nacional de Aprimoramento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS		2.405,33	1.137,41
762	Convênio para Execução do Trabalho Social - Nova Esperança I / CAIXA		2.069,08	-
763	Convênio para Execução do Trabalho Social - Nova Esperança II / CAIXA		1.948,00	-
764	Convênio para Execução do Trabalho Social - Nova Esperança III / CAIXA		2.194,50	-
765	Convênio para Execução do Trabalho Social - Quatro Bairros / CAIXA		19.807,60	-
768	Programa PRODESA - Contrato de Repasse nº 804717/2014 - MAPA / CAIXA / SMAA		943,51	943,51
769	Programa PRONAT - Contrato de Repasse nº 804449/2014 / MDA / CAIXA / SMAA		5.353,57	24.926,53
771	Convênio nº 802248/2014 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - SMAS		122.719,11	110.334,51
773	Contrato de Repasse nº 803985/2014 - Implantação de Pavimentação de Trechos de Vias Urbanas / Ministério das Cidades / CAIXA		2.157,77	- 146.573,33
775	Contrato de Repasse nº 784287/2013 - Implantação de Quadra de Areia, Iluminação e Arquibancada em Estrutura Metálica / Ministério do Esporte / Caixa		37.636,25	- 103.675,94
777	Contrato de Repasse nº 814471/2014 - Implantação da Pista de Bicicross - Segunda Fase / Ministério do Esporte / CAIXA		9.900,73	- 297.000,00
779	Contrato de Repasse nº 805049/2014/ Ministério do Esporte / CAIXA - SMOP	-	26.477,90	98.787,33
780	Plano de Ação Para Cofinanciamento do Governo Estadual - Calamidades Públicas e Emergências /2016 - SEDS / FEAS - SMAS	-	-	-
782	CONVENIO - EXECUÇÃO ROTATÓRIA, PAVIM. E DUPLIC.DE VIAS PÚBLICAS MUN.	-	-	-
783	CONVENIO - EXECUCAO DE PAVIMENTACAO E ALARGAMENTO DE VIAS PUBLICAS NO	-	-	-
784	PISO DE TRANSICAO DE MEDIA COMPLEXIDADE - PESSOA COM DEFICI.	-	-	79.340,42
785	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Jornada	-	-	-
786	PROGRAMA DE ERRADICACAO DO TRABALHO INFANTIL - BOLSA	-	-	-
787	PISO BASICO DE TRANSICAO - INFANCIA/IDOSO		186,40	13.859,83
788	PROTECAO SOCIAL BASICA AO JOVEM DE 15 A 17 ANOS - BOLSA AG. JOVEM	-	-	-
789	PROGRAMA DE ATENCAO INTEGRAL A FAMILIA - PAIF/2006		3.943,39	74.369,34
795	Convênio nº 806553/2014 - Abertura de Estradas Rurais / MDA / INCRA / SMAA		41.688,49	320.841,94
811	Recursos Federais para Ações de Recuperação de Infraestrutura Destruída / Danificada por Desastres - MI / SMOP	-	4.097.852,11	-
812	Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias / Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS V / FEAS - SMAS		77.045,93	-

813	Convênio nº 24/2016 - Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais - 2016 / SEAB / SMAA	1.157,75	-
815	Serviço de Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens de até vinte e um anos / Piso Paranaense de Assistência Social - PPAS IV / FEAS - SMAS	198.469,20	-
816	Convênio nº 825.686/2015 - Aquisição de Caminhões para Manutenção de Estradas Rurais na Região Sul - Ministério da Integração Nacional / SMAA	- 711.809,98	-
835	Projeto Índice de Gestão Descentralizada - IGD	2.763.981,71	1.553.647,70
838	Convênio Ministério da Cultura nº 630/05	31.790,33	29.031,69
841	Programa Piso de Alta Complexidade II - SMAS	6.257,20	109.303,25
843	Cofinanciamento Centro POP - Piso Paranaense de Assistência Social II - PPAS II	139.606,78	34.929,96
847	Construção do Teatro Municipal	- 1.211.963,11	- 2.324.866,41
848	Termo de Convênio nº 661/MDS/2005/SMAS	-	-
854	Convênio - Implantação e Modern.Infra-Estrutura para o Esporte/Lazer - SMOP	-	-
859	Programa Nacional de Inclusão de Jovens/ PROJOVEM - SMAS	-	-
861	Convênio - Proteção Especial - Portaria nº 222/2008 - MDS/SMAS	1.917,90	1.854,97
862	Programa Atitude - SECJ/SMAS	-	-
867	Co-financiamento do Piso Variável de Média Complexidade / MDS - PETI / Jornada	-	43,26
868	Benefício de Prestação Continuada - BPC / MDS / FNAS / SMAS / FMAS	2.398,56	50.354,37
873	Convênio - Quadras Vila Nova e Conjunto Parigot de Souza / SMOP	-	-
875	Contrato de repasse nº 0300439-33/2009/Caixa	-	-
876	Contrato de repasse nº 0300716-95/2009/Caixa	- 413.798,88	- 421.039,09
877	Contrato de repasse nº 0314363-25/2009/Caixa	-	-
878	Contrato de repasse nº 0315160-02/2009/Caixa	-	- 302.070,50
880	Contribuições e Legados de Entidades não Gover. ECA/FMDCA	5.022.195,17	3.930.176,58
881	Contrato de repasse nº 0313332-29/2009/Caixa	-	-
882	Piso Básico Variável II - PBV II / FMAS	823,90	4.155,80
886	Implantação de Academias ao Ar Livre - CR nº 0327722-47/2010 / Min. do Esporte	-	-
887	Centro da Juventude da Região Norte - Convênio nº 123/2009/SECJ/CEDCA - FIA -	-	-
888	Contrato de Repasse nº 780364/2012/Ministério das Cidades/Caixa - SMOP	8.213,51	- 286.762,19
893	Conv. MDS/FMAS - Ampl. Centro de Convivência Benedito Camargo Sobrinho - Equip.	-	-
894	Programa Piso Fixo e Média Complexidade - PFMC II	2.964,82	2.867,52
896	Convênio MDS / Restaurante Popular	-	-
897	Contr. Repasse nº 0267219-63/2008/MT/CAIXA - Centro Cultural da Região Sul	- 252.089,20	- 270.109,56
898	Implantação de Academias ao Ar Livre - CR nº 0327723-52/2010/Min. do Esporte	-	-
900	Fundo do Idoso, Inclusive Art. 9º - I.N RFB nº 1131/2011	2.846.512,96	2.359.044,94
934	Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica - SUAS	766.504,91	-
935	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial - SUAS	18.308,67	539.668,24
936	Componente para Qualificação da Gestão - SUAS	259.465,32	196.539,24
938	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média Complexidade - Portaria MDS 113/2015	961.532,47	-
939	Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Portaria MDS 113/2015	571.430,74	-
TOTAL		85.786.993,88	97.827.467,02

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS - AGRUPADOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIROS
Ordinária	27.342.448,16
Vinculada	58.444.545,72
Transferências do FUNDEB	4.948.122,20
Transferências Voluntárias	5.253.006,24
Alienação de Bens	1.039.367,36
Operação de Crédito	-6.591.978,14
Contrato de Rateio - Consórcios Públicos	0,00
Regime Próprio de Previdência	0,00
Transferências de Programas	12.421.997,09
Valores Restituíveis	0,00
Outras Origens	1.513.767,32
COSIP	34.089.006,62
FUREBOM	5.771.257,03
T O T A L	85.786.993,88

NOTAS EXPLICATIVAS**BALANÇO PATRIMONIAL – ANEXO 14 – LEI 4.320/64****01. Contexto Operacional**

O Município de Londrina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o número 75.771.477/0001-70, tem a sua sede administrativa situada na Avenida Duque de Caxias, 635 do Jardim Mazzei II. As atividades operacionais do Município são amparadas pela Lei Municipal nº 12.381 de 21 de dezembro de 2015, Lei Orçamentaria Anual – LOA, e pelas leis que autorizaram os créditos adicionais abertos durante o exercício de 2016. As ações desenvolvidas pelo Município estão agrupadas nas funções de governo previstas na Portaria Ministerial nº 42, de 14 de abril de 2009. As demonstrações financeiras deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos do Sistema Equiplano e incluem os dados consolidados da execução orçamentaria, financeira e patrimonial de todos os Órgãos do Município (administração direta) constantes na nota 04.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2016, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

02. Base de Preparação

As demonstrações financeiras constantes neste Relatório Técnico foram elaboradas em acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 6º ed. (MCASP), aprovado pela Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nº 700, de 10 de dezembro de 2014, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP 16).

O Município de Londrina vem implementando uma série de ações relacionadas à convergência com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Entre elas estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto de Transferência de Bens Imóveis (ITBI), do Imposto Sobre Serviços (ISS), das Contribuições de Melhoria e Taxas, e inclusive os impostos por transferências intergovernamentais; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); e o reconhecimento de ativos de infraestrutura.

Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimoniais, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

03. Relação das Empresas Controladas pelo Município de Londrina

Empresas controladas diretamente pelo Município são aquelas empresas em que o ente detém mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto. Em relação ao ente controlador, depois da vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000), essas empresas podem ser classificadas em dependentes e não dependentes. No exercício de 2016, são elas:

a) Empresas Estatais Dependentes:

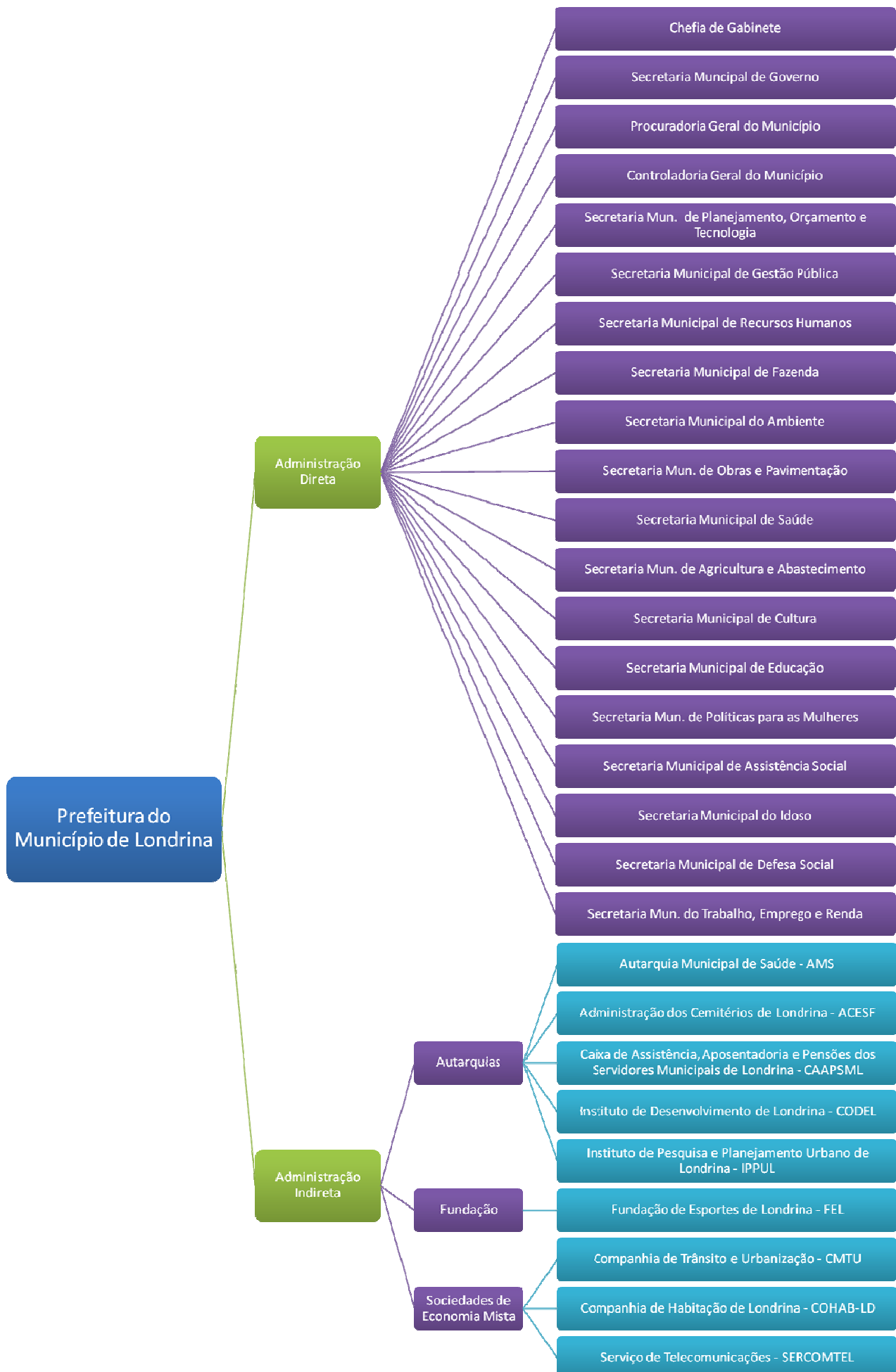
O Município não possui empresa estatal dependente.

b) Empresa Estatal Não Dependente

Sercomtel Telecomunicações S/A. – SERCOMTEL
Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD
Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU
Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina – TRL

04. Relação dos Órgãos Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício, conforme a Lei Orçamentária Anual

O organograma será apresentado de forma didática para melhor entendimento de como a atividade estatal do município está organizada, pois as demonstrações aqui apresentadas referem-se exclusivamente à administração direta.

Organograma da Prefeitura do Município de Londrina – Atualizado em 07/01/2014

4.1. Relação Nominal das Entidades e dos Fundos do Poder Executivo**a) Secretarias**

Gabinete do Prefeito
Secretaria Municipal de Governo
Procuradoria Geral do Município
Controladoria Geral do Município
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia
Secretaria Municipal de Gestão Pública
Secretaria Municipal de Recursos Humanos
Secretaria Municipal da Fazenda
Secretaria Municipal do Ambiente
Secretaria Municipal de Obras e Pavimentação
Secretaria Municipal da Saúde
Farmácia Popular do Brasil
Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
Secretaria Municipal da Cultura
Secretaria Municipal da Educação
Secretaria Municipal de Política para as Mulheres
Secretaria Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal do Idoso
Secretaria Municipal da Defesa Social
Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda

b) Autarquias

Autarquia Municipal de Saúde - AMS
Administração dos Cemitérios e Serviços Funerários de Londrina – ACESF
Caixa de Assistência, Aposentadoria e Pensões dos Servidores Municipais de Londrina – CAAPSMML
Instituto de Desenvolvimento de Londrina – CODEL
Instituto de Pesquisa e Planejamento de Urbano de Londrina - IPPUL

c) Fundações

Fundação de Esportes de Londrina – FEL

d) Sociedade de Economia Mista

Companhia de Transito e Urbanização – CMTU
Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD
Serviço de Telecomunicações – SERCOMTEL

e) Condomínio

Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina - TRL

e) Fundos Especiais

Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná -FUNREBOM
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA
Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
Fundo Municipal dos Direitos do Idoso - FMDI
Fundo Especial de Incentivo a Projetos Culturais – FEICP / PROMIC
Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA
Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-LD
Fundo Municipal de Habitação de Londrina - FMHL
Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural - FMDR
Fundo Municipal de Saneamento Básico e Desenvolvimento Sustentável - FMSBDS
Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano - FMDU
Fundo Municipal de Urbanização - FDU
Fundo Municipal de Saúde - FMS

05. Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do país.

06. Uso de Julgamentos, Estimativa e Premissas Contábeis Significativas

Na preparação das demonstrações financeiras, o Município fez uso de estimativas que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações. Não foi observado o uso de julgamentos que tenham impacto significativo nas demonstrações contábeis. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas:

a) A mensuração do valor justo dos ativos que foram reavaliados ou que tiveram a sua primeira avaliação foi realizada com dados comparáveis no mercado e com a avaliação constante na planta de valores Município;

b) Na redução a valor recuperável dos valores inscritos em dívida ativa, foi utilizada a média de recebimentos dos últimos três anos;

c) Na determinação da vida útil econômica dos bens do imobilizado e do intangível, quando couber, para os bens adquiridos e postos em operação, será utilizada a vida útil definida no laudo de avaliação; e

e) Por falta de informação do órgão competente (Procuradoria-Geral do Município), as provisões para riscos cíveis e trabalhistas não estão reconhecidas de acordo com a análise jurídica de cada ação. Tal fato deve-se à inexistência de sistema informatizado para acompanhar tais ações.

07. Resumo das Principais Políticas Contábeis**a) Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

b) Créditos e Dívidas

Os direitos, as obrigações e os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando os motivos que a originaram deixarem de existir. Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito prefixados são ajustados a valor presente. Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base em estimativas pelos prováveis valores de realização dos passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado das compras.

d) Investimentos Permanentes

As participações em empresas sobre as quais o Município tenha influência significativa na administração são mensuradas ou avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

As demais participações são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. Os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado. A equivalência patrimonial é baseada no balanço patrimonial do exercício de 2015 (CMTU, COHAB, SERCOMTEL e TRL) entretanto a IPSAS 7 – Investimentos em coligadas e em controladas – prevê como prazo máximo desse lapso temporal o período de três meses, prática que buscaremos adotar a partir do próximo exercício.

e) Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação. No tocante ao registro contábil dos bens imóveis, a política de gestão e controle patrimonial é de centralização dos bens da administração direta na unidade gestora do Patrimônio Municipal.

f) Intangível

O ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Ele é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição ou de produção, ou ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes.

g) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável

Desde a implantação dos novos procedimentos patrimoniais, o Município vem dispendendo grande esforço para efetuar o levantamento inicial dos bens e mantê-los avaliados ao valor recuperável. Para isso, foi realizada licitação e contratada empresa especializada para apoiar este ente em tal procedimento (Bazzaneze Auditores Independentes – contrato SMGP 333/2015). No entanto, a contratada não cumpriu o contrato e não foi possível o levantamento de inventário geral no exercício de 2016. Temos a expectativa de que tal inventário seja finalmente executado em 2017, o que trará os bens móveis ao valor recuperável e a partir disso utilizar o modelo de custo menos depreciação e redução ao valor recuperável.

Quando executadas individualmente, as avaliações dos bens são registradas no Patrimônio Líquido em conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, uma vez que os levantamentos ainda estão em andamento e, após a conclusão, passarão a ser lançados diretamente em contas de resultado.

h) Depreciação, amortização e exaustão

Para o exercício de 2016 tínhamos a expectativa, após o levantamento inicial dos bens, de implantar a depreciação, amortização e a exaustão. Como o levantamento inicial não foi concluído por falha da empresa contratada, julgamos que implantar tais procedimentos (depreciação, exaustão e amortização) não traria a qualidade necessária à apresentação dos demonstrativos contábeis. A depreciação, amortização e exaustão serão implementadas após o referido levantamento inicial de bens.

i) Precatórios

Os precatórios são requisições de pagamento emitidas pelo Poder Judiciário, determinando a importância que a Fazenda Pública (nas esferas federal, estadual e municipal) foi condenada a desembolsar, ou seja, a cobrança do resultado de uma ação que reconheceu a determinada pessoa física ou jurídica o direito constitucional de receber o crédito que o poder público lhe deve.

O pagamento será determinado e executado pelo Tribunal de Justiça. A Emenda Constitucional nº 94/2016 cuida de novo sistema de pagamento de precatórios. Segundo a nova regra, os precatórios a cargo dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles a vencer até 31 de dezembro de 2020 poderão ser pagos até 2020, dentro de um regime especial.

A segregação dos precatórios por período (anterior e posterior a 05/05/2000) decorre da Resolução do Senado Federal nº. 40, de 21 de dezembro de 2001, que, em seu artigo 1º, §1º, inciso III, determinou que os precatórios judiciais emitidos a partir de 05/05/2000 e não pagos durante a execução do orçamento no qual foram incluídos fazem parte da dívida pública consolidada para fins de cumprimento dos limites de endividamento.

Por meio do Decreto Municipal nº 213, de 04 de março de 2010, o Município optou pelo regime especial de pagamento dos seus precatórios na forma do inciso II, do § 1º do artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), redação dada pela Emenda Constitucional nº 62/2009 (prazo de pagamento até 5 anos), incluídos os precatórios da administração direta e indireta. Nesse regime, constam os precatórios que se encontravam pendentes de pagamento e os que viessem a ser emitidos durante a sua vigência. Para o pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, será depositado, anualmente, em conta própria, o montante correspondente ao saldo dos precatórios devidos dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento, em parcelas mensais de 1 / 12 avos. Para o exercício de 2017, o valor mensal mínimo foi informado pelo Tribunal de Justiça através do Ofício nº 080/2017- DCCE/JS e remonta à ordem de R\$ 1.995.717,23 (um milhão, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e dezessete reais e vinte e três centavos).

Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciais, são utilizados:

I - 50% (cinquenta por cento) para o pagamento de precatórios em ordem cronológica de apresentação, observadas as preferências definidas no § 1º do artigo 100 da Constituição Federal para os precatórios do mesmo ano, e no § 2º daquele mesmo artigo para os precatórios em geral; e
II - 50% (cinquenta por cento) na forma que oportunamente vier ser estabelecida pelo Poder Executivo, em conformidade com o disposto no § 8º e seus incisos do artigo 97 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias Dos recursos depositados em conta própria para pagamento de precatórios judiciais.

j) Custos dos Empréstimos

Os custos dos empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos, independentemente de como esses empréstimos foram aplicados.

k) Restos a Pagar

Com amparo do decreto nº 572/2004 e determinação contida na C.I. nº 65/2016 – GECOF (Comitê Especial de Gestão Orçamentária e Financeira), os restos a pagar não processados inscritos nos exercícios anteriores a 2015 e não liquidados até 31/12/2015 foram parcialmente cancelados, ficando inscritos apenas aqueles em que a contraprestação em bens, serviços ou obras já se tenha iniciado. Os restos a pagar processados, permanecem inscritos com o status no passivo com atributo “F” Financeiro.

l) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários

O Município adota a política contábil de registro das retenções na conta crédito empenhado liquidado pago(6.2.2.1.3.04) no momento da retenção. Ou seja, orçamentariamente, a parte da despesa relativa à retenção é considerada paga no momento em que se efetua a retenção, pois se considera que a obrigação com o credor da despesa foi totalmente quitada, restando uma obrigação com um terceiro. O Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público faculta aos entes a política contábil para o registro orçamentário de suas retenções.

m) Registro da Receita Orçamentária

A política contábil do Município é apenas dos registros centralizados das receitas orçamentárias da administração direta, não abrangendo as receitas dos órgãos e das entidades da administração indireta. Em 2016, o município adotou a Desvinculação das Receitas dos Municípios (DRM) que foi estabelecida na Emenda Constitucional nº 93/2016 e em normativo do TCE/PR – Nota Técnica nº 11/2016.

n) Distinção entre Circulante e Não Circulante

A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento dessas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso. Não Circulante são os demais direitos e obrigações.

o) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos

O Poder Executivo está desenvolvendo, por meio da Diretoria de Custos da Controladoria-Geral do Município, a instituição dos Custos Públicos incorridos em conformidade com o Decreto Municipal nº 728/2015, em todos os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta. Em 2016, as atividades foram voltadas para os processos de integração entre os subsistemas administrativos, tais como o Sistema de Gestão de Pessoas, Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal.

p) Apuração do Resultado

Os resultados: orçamentário (apurado no Balanço Orçamentário); e patrimonial (apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais), foram mensurados em acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo que as receitas orçamentárias são reconhecidas pelo ingresso (arrecadação), as despesas orçamentárias pelo empenho dentro do exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

r) Consórcios Públicos

A contabilização dos atos e fatos contábeis para o atendimento da Portaria da STN nº 274, de 13 de maio de 2016, D.O.U de 17 de maio de 2016, disponibilizada por meio da Instrução de Procedimentos Contábeis - IPC 10, que trata da contabilização de consórcio públicos aos entes federados, terão seus efeitos contábeis em sua plenitude a partir de 2017 em todos seus aspectos patrimoniais, com objetivo da consolidação das contas na gestão orçamentária, financeira e contábil. No entanto, ressaltamos que a Lei Orçamentária Anual contempla a execução na modalidade específica de consórcio público.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVOS

08. Caixa e Equivalentes de Caixa

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	167.430.531,10	100,00	181.971.934,25	100,00	-7,99
Caixa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Banco Conta Movimento	5.555.582,55	3,32	15.065.549,22	8,28	-63,12
Aplicações Financeiras:	161.874.948,55	96,68	166.906.385,03	91,72	-3,01
Poupanças	13.170.198,37	7,87	35.445.782,82	19,48	-62,84
Fundo de Aplicações Financeiras	148.704.750,18	88,82	131.460.602,21	72,24	13,12

AV% - Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

Em observância ao princípio da Tesouraria, a administração financeira do Município é realizada mediante a utilização do Sistema Financeiro de diversas contas, no intuito de segregar a aplicação dos recursos por fontes com base nas origens. Esses recursos são aplicados no mercado financeiro, conforme o disposto na legislação, a qual estabelece que as disponibilidades financeiras da administração pública municipal poderão ser aplicadas em títulos federais, em instituições financeiras que apresentarem maior rentabilidade e segurança, respeitadas as cláusulas vigentes em contratos. Dessa forma, para a operacionalização dos registros contábeis das contas bancárias de movimento e das aplicações financeiras em contas únicas que englobam os recursos livres e vinculados, mantendo-se na Tesouraria o controle analítico das contas bancárias. Estão abrangidos nestes controles, inclusive, os recursos recebidos por meio de transferências (convênios) que são aplicados em acordo com as legislações específicas das concedentes.

09. Créditos a Receber

A partir do exercício de 2012, em observância ao regime de competência previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade e nas Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial a IPSAS 23 (International Public Sector Accounting Standards – IPSAS), foram reconhecidos os valores de créditos tributários a receber relativos a IPTU, ITBI, ISS, TAXAS e créditos de transferências intergovernamentais. Em atendimento às orientações do MCASP, foram reconhecidos os parcelamentos das notificações fiscais emitidas e a estimativa de valores declarados de impostos no Ativo Circulante da Unidade Gestora de Arrecadação. Durante o exercício de 2016, os valores foram atualizados, conforme as estimativas mensais de recebimento dos impostos. Para refletir tal situação e, em decorrência dos princípios contábeis da competência e da prudência, são provisionados os valores que pertencem aos municípios. Esta conta registra os valores dos parcelamentos de créditos tributários realizados pela Secretaria Municipal da Fazenda mediante processos administrativos, conforme acordado com os contribuintes. Esses valores a receber são contabilizados na Unidade Gestora Arrecadação. Assim como os impostos, os valores que pertencem aos municípios são provisionados.

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	260.418.495,45	100,00	102.433.276,06	100,00	154,23
1. Créditos Tributários a Receber	115.243.474,83	44,25	105.362.621,48	102,86	9,38
2. Créditos de Transferências a Receber	9.106.672,62	3,50	6.217.024,56	6,07	46,48
3. Dívida Ativa Tributária	900.203.563,64	345,68	805.893.139,08	786,75	11,70
4. Dívida Ativa Não Tributária	550.353.989,97	211,33	0,00	0,00	100,00
5. (-) Ajustes Perdas de Créditos à Curto Prazo	-1.314.489.205,61	-504,76	-815.039.509,06	-795,68	61,28

AV% - Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1. Créditos Tributários a Receber

Tributos do ente público decorrentes da obrigação tributária principal mais encargos e atualizações monetárias, de impostos, taxas e contribuições de melhoria dos contribuintes que são detentores de propriedades ou exerçam atividades comerciais no município.

2. Crédito de Transferências a Receber

São transferências constitucionais ou legais que constituem valores que não são passíveis de alocação em despesa pelo ente público arrecadador. As transferências de recursos intergovernamentais compreendem a entrega de recursos de um ente transferidor para o outro ente beneficiário ou recebedor. As transferências também podem ser voluntárias ou decorrentes de determinação constitucional ou legal.

3. Dívida Ativa Tributária

São os créditos de natureza tributária exigíveis em virtude do transcurso do prazo, pendente de pagamento. A provisão para perdas da dívida ativa não tributária segue a mesma metodologia da dívida ativa tributária.

4. Dívida Ativa Não Tributária

Registra valores provenientes de fatos geradores não tributários ocorridos pelas atividades públicas em função de suas atividades fins. A provisão para perdas da dívida ativa não tributária segue a metodologia da média de recebimentos do exercício anterior.

5. (-) Ajuste para Perdas de Crédito a Curto Prazo

Corresponde aos ajustes dos créditos a receber decorrentes de possíveis perdas financeiras derivadas da falta de pagamento dos valores, para que reflita a realidade do crédito. O detalhamento do presente item encontra-se pormenorizado em narrativa detalhada nas planilhas como segue:

PLANILHAS DECÁLCULOS E AJUSTES DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

1) Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:		
1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	99,344%
1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU	98,651%
1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI	98,558%
1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS	99,860%
1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00	- AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS	98,800%
1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00	- AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	99,208%
2) Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção do seguinte índice:		
(-) AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA		99,946%
3) Para realizar o "Ajuste de Perdas de Créditos Tributários" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão percentual do Saldo do Respetivo Crédito Tributário pela Soma do Saldo Inicial e do respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índices:		
1.1.2.9.1.02.01.00.00.00.00.00	- (-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	18,342%
1.1.2.9.1.02.01.01.00.00.00.00	- (-) IPTU	7,050%
1.1.2.9.1.02.01.02.00.00.00.00	- (-) ITBI	2,935%
1.1.2.9.1.02.01.03.00.00.00.00	- (-) ISS	32,748%
1.1.2.9.1.02.01.04.00.00.00.00	- (-) TAXAS	1,606%
1.1.2.9.1.02.01.04.01.00.00.00	- (-) TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	2,904%
1.1.2.9.1.02.01.04.02.00.00.00	- (-) TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,946%
1.1.2.9.1.02.01.05.00.00.00.00	- (-) CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	9,265%
4) Para realizar o "Ajuste de Perdas de Créditos Não Tributários" foi adotado o critério da Média do Exercício Anterior, cuja apuração se deu pela divisão do Saldo do Crédito Tributário pelo respectivo Débito, concluindo-se pela adoção dos seguintes índice:		
(-) AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS NÃO TRIBUTÁRIOS		75,988%

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária", foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

1.1.2.9.1.03.01.00.00.00.00**- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2013		Recebimento 2014		Recebimento 2015	
2013	19.626.051,80	2014	26.478.489,29	2015	44.579.814,46
Média:	1.635.504,32	Média:	2.206.540,77	Média:	3.714.984,54

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.00.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2013: Saldo D.A. Tributária			2014: Saldo D.A. Tributária			2015: Saldo D.A. Tributária		
2013	1	418.264.598,96	2014	1	463.678.512,41	2015	1	354.786.402,70
2013	2	421.151.036,57	2014	2	459.682.413,43	2015	2	353.236.333,02
2013	3	420.055.051,46	2014	3	456.576.441,85	2015	3	350.516.448,90
2013	4	418.566.512,85	2014	4	454.134.836,46	2015	4	348.106.420,81
2013	5	416.579.165,84	2014	5	323.661.533,56	2015	5	345.258.933,69
2013	6	414.263.020,08	2014	6	321.076.706,32	2015	6	343.802.357,49
2013	7	412.856.530,26	2014	7	318.374.088,97	2015	7	339.314.813,85
2013	8	416.124.187,67	2014	8	315.622.358,70	2015	8	337.515.888,52
2013	9	415.657.421,51	2014	9	313.809.754,19	2015	9	337.459.941,39
2013	10	414.242.819,79	2014	10	311.447.066,60	2015	10	329.019.117,55
2013	11	413.093.071,11	2014	11	308.518.168,60	2015	11	319.706.306,13
2013	12	466.312.230,94	2014	12	353.127.046,22	2015	12	805.893.139,08
TOTAL:		5.047.165.647,04	TOTAL:		4.399.708.927,31	TOTAL:		4.564.616.103,13
Média:		420.597.137,25	Média:		366.642.410,61	Média:		380.384.675,26

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 1.1.2.3.1.01.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2013 a 2015:

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	5.047.165.647,04
2	Média anual de saldos mensais = 5.047.165.647,04 / 12 =	420.597.137,25
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	19.626.051,80
4	Média mensal de recebimentos = 19.626.051,80 / 12 =	1.635.504,32
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2013: (item 4 / item 2) x 100 =	0,39%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	4.399.708.927,31
2	Média anual de saldos mensais = 4.399.708.927,31 / 12 =	366.642.410,61
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	26.478.489,29
4	Média mensal de recebimentos = 26.478.489,29 / 12 =	2.206.540,77
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2014: (item 4 / item 2) x 100 =	0,60%

Item	EXERCÍCIO DE 2015	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2015 = R\$	4.564.616.103,13
2	Média anual de saldos mensais = 4.564.616.103,13 / 12 =	380.384.675,26
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2015 = R\$	44.579.814,46
4	Média mensal de recebimentos = 44.579.814,46 / 12 =	3.714.984,54
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2015: (item 4 / item 2) x 100 =	0,98%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,389%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	0,602%
2015	Média Ponderada de Recebimentos	0,977%
Total % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015)		1,967%
Média % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015) / 3		0,656%

Portanto, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015 a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 0,66\% = 99,34\%$$

Conclusão:

99,34% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

1.1.2.9.1.03.01.01.00.00.00.00 - AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2013		Recebimento 2014		Recebimento 2015	
2013	15.231.328,58	2014	20.133.508,76	2015	31.729.888,45
Média:	1.269.277,38	Média:	1.677.792,40	Média:	2.644.157,37

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.11.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2013: Saldo D.A. IPTU			2014: Saldo D.A. IPTU			2014: Saldo D.A. IPTU		
2013	1	122.095.428,36	2014	1	143.995.794,17	2015	1	152.273.248,46
2013	2	121.095.018,64	2014	2	140.642.297,32	2015	2	150.109.176,78
2013	3	119.559.476,94	2014	3	138.236.444,74	2015	3	147.912.220,82
2013	4	118.144.002,81	2014	4	136.388.030,35	2015	4	146.138.623,89
2013	5	116.637.923,79	2014	5	134.798.508,87	2015	5	144.329.954,74
2013	6	114.350.889,93	2014	6	132.911.894,91	2015	6	142.441.044,88
2013	7	112.751.576,31	2014	7	130.711.100,04	2015	7	140.316.669,02
2013	8	111.423.387,84	2014	8	128.709.812,91	2015	8	138.711.777,80
2013	9	111.071.270,79	2014	9	126.942.482,67	2015	9	137.476.211,36
2013	10	109.982.497,24	2014	10	124.829.389,04	2015	10	131.009.865,40
2013	11	109.234.801,86	2014	11	122.488.310,70	2015	11	125.590.009,66
2013	12	146.641.813,88	2014	12	153.545.202,06	2015	12	285.828.220,99
TOTAL:		1.412.988.088,39	TOTAL:		1.614.199.267,78	TOTAL:		1.842.137.023,80
Média:		117.749.007,37	Média:		134.516.605,65	Média:		153.511.418,65

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 1.1.2.3.1.01.01.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DO IPTU

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2013 a 2015:

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	1.412.988.088,39
2	Média anual de saldos mensais = 1.412.988.088,39 / 12 =	117.749.007,37
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	15.231.328,58
4	Média mensal de recebimentos = 15.231.328,58 / 12 =	1.269.277,38
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2013: (item 4 / item 2) x 100 =	1,08%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	1.614.199.267,78
2	Média anual de saldos mensais = 1.614.199.267,78 / 12 =	134.516.605,65
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	20.133.508,76
4	Média mensal de recebimentos = 20.133.508,76 / 12 =	1.677.792,40
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2014: (item4 / item 2) x 100 =	1,25%

Item	EXERCÍCIO DE 2015	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2015 = R\$	1.842.137.023,80
2	Média anual de saldos mensais = 1.842.137.023,80 / 12 =	153.511.418,65
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2015 = R\$	31.729.888,45
4	Média mensal de recebimentos = 31.729.888,45 / 12 =	2.644.157,37
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2015: (item4 / item 2) x 100 =	1,72%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2013	Média Ponderada de Recebimentos	1,078%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	1,247%
2015	Média Ponderada de Recebimentos	1,722%
Total % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015)		4,048%
Média % de Recebimentos = (2013 + 2015 + 2015) / 3		1,349%

Portanto, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 1,35\% = 98,65\%$$

Conclusão

98,65% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - IPTU

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA – ITBI

Para realizar o “Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária” foi adotada a “Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados”, cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

1.1.2.9.1.03.01.02.00.00.00.00

- AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2013		Recebimento 2014		Recebimento 2015	
2013	45.776,74	2014	137.243,09	2015	408.302,01
Média:	3.814,73	Média:	11.436,92	Média:	34.025,17

Fonte: Equipiano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.12.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ITBI

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2013: Saldo D.A. ITBI			2014: Saldo D.A. ITBI			2015: Saldo D.A. ITBI		
2013	1	856.491,51	2014	1	913.844,85	2015	1	1.140.653,16
2013	2	854.746,68	2014	2	912.778,21	2015	2	1.103.089,73
2013	3	849.235,35	2014	3	902.824,01	2015	3	1.148.945,17
2013	4	842.188,05	2014	4	898.481,84	2015	4	1.146.752,84
2013	5	834.690,21	2014	5	894.078,11	2015	5	1.144.226,72
2013	6	828.142,31	2014	6	883.021,21	2015	6	1.143.297,98
2013	7	824.547,69	2014	7	1.150.016,31	2015	7	1.251.940,42
2013	8	823.451,66	2014	8	1.131.425,36	2015	8	1.291.872,86
2013	9	824.954,37	2014	9	1.115.838,90	2015	9	1.288.293,05
2013	10	821.086,76	2014	10	1.127.231,17	2015	10	1.102.362,10

2013	11	816.507,89	2014	11	1.108.845,06	2015	11	1.086.770,94
2013	12	906.041,92	2014	12	1.155.752,45	2015	12	2.011.802,19
TOTAL:		10.082.084,40	TOTAL:		12.194.137,48	TOTAL:		14.860.007,16
Média:		840.173,70	Média:		1.016.178,12	Média:		1.238.333,93

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 1.1.2.3.1.01.02.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DO ITBI

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2013 a 2015:

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	10.082.084,40
2	Média anual de saldos mensais = 10.082.084,40 / 12 =	840.173,70
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	45.776,74
4	Média mensal de recebimentos = 45.776,74 / 12 =	3.814,73
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2013: (item 4 / item 2) x 100 =	0,45%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	12.194.137,48
2	Média anual de saldos mensais = 12.194.137,48 / 12 =	1.016.178,12
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	137.243,09
4	Média mensal de recebimentos = 137.243,09 / 12 =	11.436,92
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2014: (item 4 / item 2) x 100 =	1,13%

Item	EXERCÍCIO DE 2015	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2015 = R\$	14.860.007,16
2	Média anual de saldos mensais = 14.860.007,16 / 12 =	1.238.333,93
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2015 = R\$	408.302,01
4	Média mensal de recebimentos = 408.302,01 / 12 =	34.025,17
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2015: (item 4 / item 2) x 100 =	2,75%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,454%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	1,125%
2015	Média Ponderada de Recebimentos	2,748%
Total % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015)		4,327%
Média % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015) / 3		1,442%

Portanto, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 1,44\% = 98,56\%$$

Conclusão

98,56% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ITBI

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

1.1.2.9.1.03.01.03.00.00.00.00 - AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2013		Recebimento 2014		Recebimento 2015	
2013	1.150.197,94	2014	2.234.511,87	2015	6.664.800,14
Média:	95.849,83	Média:	186.209,32	Média:	555.400,01

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.13.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2013: Saldo D.A. ISS			2014: Saldo D.A. ISS			2015: Saldo D.A. ISS		
2013	1	263.947.803,26	2014	1	285.748.494,35	2015	1	167.313.892,67
2013	2	268.093.885,22	2014	2	285.627.333,96	2015	2	168.432.783,91
2013	3	268.847.896,94	2014	3	285.422.470,01	2015	3	168.336.093,91
2013	4	269.082.749,19	2014	4	285.265.618,25	2015	4	168.098.967,96
2013	5	268.967.018,15	2014	5	156.698.763,72	2015	5	167.478.157,06
2013	6	269.226.453,11	2014	6	156.424.086,20	2015	6	168.298.006,20
2013	7	269.693.631,97	2014	7	156.124.105,80	2015	7	166.277.595,38
2013	8	274.555.230,54	2014	8	155.809.932,89	2015	8	166.298.848,90
2013	9	274.735.686,02	2014	9	156.175.590,72	2015	9	167.796.349,13
2013	10	274.711.879,09	2014	10	156.331.041,09	2015	10	166.920.454,54
2013	11	274.600.405,43	2014	11	156.126.824,20	2015	11	163.914.345,18
2013	12	285.439.876,99	2014	12	164.036.146,59	2015	12	441.769.602,24
TOTAL:		3.261.902.515,91	TOTAL:		2.399.790.407,78	TOTAL:		2.280.935.097,08
Média:		271.825.209,66	Média:		199.982.533,98	Média:		190.077.924,76

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 1.1.2.3.1.01.03.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DO ISS

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2013 a 2015:

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	3.261.902.515,91
2	Média anual de saldos mensais = 3.261.902.515,91 / 12 =	271.825.209,66
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	1.150.197,94
4	Média mensal de recebimentos = 1.150.197,94 / 12 =	95.849,83
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2013: (item 4 / item 2) x 100 =	0,04%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	2.399.790.407,78
2	Média anual de saldos mensais = 2.399.790.407,78 / 12 =	199.982.533,98
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	2.234.511,87
4	Média mensal de recebimentos = 2.234.511,87 / 12 =	186.209,32
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2014: (item 4 / item 2) x 100 =	0,09%

Item	EXERCÍCIO DE 2015	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2015 = R\$	2.280.935.097,08
2	Média anual de saldos mensais = 2.280.935.097,08 / 12 =	190.077.924,76
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2015 = R\$	6.664.800,14
4	Média mensal de recebimentos = 6.664.800,14 / 12 =	555.400,01
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2015: (item 4 / item 2) x 100 =	0,29%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,035%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	0,093%
2015	Média Ponderada de Recebimentos	0,292%
Total % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015)		0,421%
Média % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015) / 3		0,140%

Portanto, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 0,14\% = 99,86\%$$

Conclusão

99,86% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - ISS

AJUSTE DE PERDAS DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

1.1.2.9.1.03.01.04.00.00.00.00**- AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS**

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2013	
2013	2.854.892,95

Média: 237.907,75

Recebimento 2014	
2014	3.623.782,55

Média: 301.981,88

Recebimento 2014	
2015	5.125.179,73

Média: 427.098,31

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.35.00.00.00 + 1.9.3.1.99.01.00.00 + 1.9.3.1.99.02.00.00 (Taxas)

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2013: Saldo D.A. TAXAS		
2013	1	25.547.192,95
2013	2	25.320.334,28
2013	3	25.033.637,63
2013	4	24.764.698,88
2013	5	24.436.017,25
2013	6	24.187.674,14
2013	7	23.949.433,33
2013	8	23.720.823,52
2013	9	23.450.589,38
2013	10	23.180.830,61
2013	11	22.926.827,59
2013	12	27.662.353,28

TOTAL: 294.180.412,84

Média: 24.515.034,40

2014: Saldo D.A. TAXAS		
2014	1	27.344.319,86
2014	2	26.858.820,16
2014	3	26.415.333,93
2014	4	26.019.469,00
2014	5	25.747.218,78
2014	6	25.361.020,19
2014	7	24.921.130,21
2014	8	24.550.153,96
2014	9	24.183.541,82
2014	10	23.809.675,35
2014	11	23.475.579,25
2014	12	28.847.351,88

TOTAL: 307.533.614,39

Média: 25.627.801,20

2015: Saldo D.A. TAXAS		
2015	1	28.543.159,10
2015	2	28.115.891,51
2015	3	27.682.091,71
2015	4	27.303.410,71
2015	5	26.922.790,82
2015	6	26.603.199,34
2015	7	26.179.590,80
2015	8	25.946.235,17
2015	9	25.664.909,80
2015	10	24.905.633,60
2015	11	24.147.260,20
2015	12	61.006.913,51

TOTAL: 353.021.086,27

Média: 29.418.423,86

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 1.1.2.3.1.01.04.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DE TAXAS

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2013 a 2015:

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	294.180.412,84
2	Média anual de saldos mensais = 294.180.412,84 / 12 =	24.515.034,40
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	2.854.892,95
4	Média mensal de recebimentos = 2.854.892,95 / 12 =	237.907,75
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2013: (item 4 / item 2) x 100 =	0,97%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	307.533.614,39
2	Média anual de saldos mensais = 307.533.614,39 / 12 =	25.627.801,20
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	3.623.782,55
4	Média mensal de recebimentos = 3.623.782,55 / 12 =	301.981,88
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2014: (item 4 / item 2) x 100 =	1,18%

Item	EXERCÍCIO DE 2015	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2015 = R\$	353.021.086,27
2	Média anual de saldos mensais = 353.021.086,27 / 12 =	29.418.423,86
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2015 = R\$	5.125.179,73
4	Média mensal de recebimentos = 5.125.179,73 / 12 =	427.098,31
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2015: (item 4 / item 2) x 100 =	1,45%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,970%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	1,178%
2015	Média Ponderada de Recebimentos	1,452%
Total % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015)		3,601%
Média % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015) / 3		1,200%

Portanto, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, a média de recebimento ACIMA indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 1,20\% = 98,80\%$$

Conclusão

98,80% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE DE PERDAS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - TAXAS

AJUSTE DE PERDAS D. A. TRIBUTÁRIA - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Para realizar o "Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Tributária" foi adotada a "Metodologia baseada no Histórico de Recebimentos Passados", cuja apuração se deu pela Média Histórica de Três Exercícios Financeiros (2013, 2014 e 2015), identificados pela Média Mensal dos Recebimentos dos respectivos exercícios (total recebido no exercício dividido por doze) e dividido pela Média Anual dos Saldos Mensais da Dívida Ativa (soma dos saldos mensais da dívida ativa dividido por doze), conforme os seguintes dados:

1.1.2.9.1.03.01.05.00.00.00.00 - AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Média Mensal de Recebimentos = Total de Recebimentos no exercício dividido por 12:

Recebimento 2013		Recebimento 2014		Recebimento 2015	
2013	339.093,04	2014	349.443,02	2015	648.188,21
Média:	28.257,75	Média:	29.120,25	Média:	54.015,68

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Anexos do balanço/Anexo 2 - Receita Segundo as Categorias Econômicas...

Código: 1.9.3.1.98.00.00.00 RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DAS CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

Média Anual de Saldos Mensais = Soma dos Saldos Mensais dividido por 12:

2013: Saldo D.A. C. Melhoria			2014: Saldo D.A. C. Melhoria			2015: Saldo D.A. C. Melhoria		
2013	1	4.791.657,40	2014	1	4.650.033,70	2015	1	4.489.423,83
2013	2	4.761.026,27	2014	2	4.615.158,30	2015	2	4.449.365,61
2013	3	4.738.779,12	2014	3	4.573.343,68	2015	3	4.411.071,81
2013	4	4.706.848,44	2014	4	4.537.211,54	2015	4	4.392.639,93
2013	5	4.677.490,96	2014	5	4.496.938,60	2015	5	4.357.778,87
2013	6	4.643.835,11	2014	6	4.470.658,33	2015	6	4.290.783,61
2013	7	4.611.315,48	2014	7	4.441.711,13	2015	7	4.262.992,75
2013	8	4.575.268,63	2014	8	4.395.008,10	2015	8	4.241.128,31
2013	9	4.548.895,47	2014	9	4.366.274,60	2015	9	4.208.152,57
2013	10	4.520.500,61	2014	10	4.323.704,47	2015	10	4.054.776,43
2013	11	4.488.502,86	2014	11	4.292.583,91	2015	11	3.941.894,67
2013	12	4.636.119,39	2014	12	4.516.567,76	2015	12	11.036.002,35
TOTAL:		55.700.239,74	TOTAL:		53.679.194,12	TOTAL:		58.136.010,74
Média:		4.641.686,65	Média:		4.473.266,18	Média:		4.844.667,56

Fonte: Equiplano/Contabilidade/Diário contábil/Balancete...

Código: 1.1.2.3.1.01.05.00.00.00.00.00 DÍVIDA ATIVA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Apuração da Média Ponderada de Recebimentos dos exercícios de 2013 a 2015:

Item	EXERCÍCIO DE 2013	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2013 = R\$	55.700.239,74
2	Média anual de saldos mensais = 55.700.239,74 / 12 =	4.641.686,65
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2013 = R\$	339.093,04
4	Média mensal de recebimentos = 339.093,04 / 12 =	28.257,75
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2013: (item 4 / item 2) x 100 =	0,61%

Item	EXERCÍCIO DE 2014	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2014 = R\$	53.679.194,12
2	Média anual de saldos mensais = $53.679.194,12 / 12 =$	4.473.266,18
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2014 = R\$	349.443,02
4	Média mensal de recebimentos = $349.443,02 / 12 =$	29.120,25
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2014: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	0,65%

Item	EXERCÍCIO DE 2015	Valor
1	Soma dos saldos mensais de valores inscritos em Dívida Ativa no Exercício de 2015 = R\$	58.136.010,74
2	Média anual de saldos mensais = $58.136.010,74 / 12 =$	4.844.667,56
3	Soma dos recebimentos mensais no exercício 2015 = R\$	648.188,21
4	Média mensal de recebimentos = $648.188,21 / 12 =$	54.015,68
5	Média ponderada de recebimentos para o exercício 2015: $(\text{item 4} / \text{item 2}) \times 100 =$	1,11%

Cálculo da Média Percentual de Recebimentos para fins de Cálculo do Ajuste:

Exercício	Histórico	Valor
2013	Média Ponderada de Recebimentos	0,609%
2014	Média Ponderada de Recebimentos	0,651%
2015	Média Ponderada de Recebimentos	1,115%
Total % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015)		2,375%
Média % de Recebimentos = (2013 + 2014 + 2015) / 3		0,792%

Portanto, para os exercícios de 2013, 2014 e 2015, a média de recebimento acima indica que os esforços de cobrança não lograram receber efetivamente o restante do saldo disponível.

Esse restante é o inverso do percentual calculado, ou em termos percentuais:

$$100\% - 0,79\% = 99,21\%$$

Conclusão

99,21% NÃO serão recebidos no próximo período.

Cujo montante deverá ser lançado como: AJUSTE PERDAS D.A.TRIB.-CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

JUSTIFICATIVAS PARA O ALTO ÍNDICE DE PERDAS

A crise econômica que atingiu os municípios brasileiros no exercício de 2016 contribuiu para a baixa recuperação dos créditos da dívida ativa existente. Pode-se agregar o fato de que grande parte dos valores da dívida ativa possuem mais de 5 anos de inscrição e encontram-se executados, o que impede a sua cobrança administrativa. Somam-se também os seguintes problemas:

- Base de dados desatualizada, o que impacta diretamente nas ações de cobrança administrativa e na emissão e encaminhamento de Certidões de Dívida Ativa para ações judiciais e protesto de títulos;
- Necessidade de implementações no Sistema Tributário Municipal que permitam maior flexibilidade nas ações de cobrança e acompanhamento da arrecadação;
- CallCenter com estrutura física deficiente, falta de capacitação e de pessoal suficientes para atender a demanda;
- Suspensão da exigibilidade de diversos créditos aguardando decisão em processos administrativos ou judiciais;
- Há muitos créditos que já se encontram executados judicialmente e não havendo movimentação processual incisiva e eficaz, o retorno destes valores ao município é muito lento, quando não perdido.

No sentido de coibir estas situações que retratam o índice de perdas, o município vem adotando medidas para combater a inadimplência, tais como:

- Utilização do Protesto de Títulos como medida de cobrança extrajudicial dos créditos tributários municipais;
- Envio dos boletos de cobrança aos contribuintes com a possibilidade de auto parcelamento;
- Análise dos créditos para encaminhamento das certidões de dívida ativa com a finalidade de ajuizamento de ação de execução fiscal com periodicidade menor do que era aplicado anteriormente;
- Ajuizamento das ações de execução fiscal de débitos via processo eletrônico do judiciário do Paraná/Projudi;
- Apuração mensal de atraso no pagamento de parcelamentos dos tributos municipais ajustados, com consequente cancelamento dos mesmos e tentativa de novo acordo para parcelamento ou quitação integral do débito. Não havendo retorno positivo, há o encaminhamento da certidão de dívida ativa à Procuradoria-Geral do Município para ajuizamento de ação de execução fiscal pertinente;
- Recuperação dos créditos através de Programa de Regularização Fiscal;
- Desenvolvimento do SIGLON – Sistema de Informação Geográfica de Londrina que serve como ferramenta de apoio à fiscalização municipal; e
- Estudo para contratação de mão de obra terceirizada visando a cobrança dos créditos através de Call Center.

5.2. Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Curto Prazo.

No exercício foi procedida a reclassificação contábil da conta (-) Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Curto Prazo para a Conta (-) Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária.

DEMONSTRAÇÃO DAS CONTAS DE AJUSTES DE PERDAS DOS CRÉDITOS

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS A CURTO PRAZO	-1.314.489.205,61	100,00	-1.175.943.104,52	100,00	11,78
1. Ajustes de Perdas de Créditos Tributários e Não Tributários de Curto Prazo - (Nota 9)	-1.314.489.205,61	100,00	-815.039.509,06	69,31	61,28
Ajustes de Perdas de Créditos Tributários	-32.303.105,53	2,46	-19.868.300,12	1,69	62,59
Ajuste de Perdas de Dívida Ativa Tributária	-889.666.217,45	67,68	-795.171.208,94	67,62	11,88
Ajuste de Perdas da Dívida Ativa Não Tributária	-392.519.882,63	29,86	0,00	0,00	100,00
2. Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Curto Prazo - (Nota 10)	0,00	0,00	-360.903.595,46	30,69	-100,00
Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00	-360.903.595,46	30,69	-100,00

AV% - Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

10. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	113.825.204,54	100,00	129.269.045,75	100,00	-11,95
1. Adiantamentos Concedidos	11.793,35	0,01	11.329,08	0,01	4,10
2. Tributos a Recuperar / Compensar	57.390,81	0,05	0,00	0,00	100,00
3. Créditos por Danos ao Patrimônio	1.813.356,81	1,59	0,00	0,00	100,00
4. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados:	40.947.714,39	35,97	34.529.903,85	26,71	18,59
4.1. Depósitos Judiciais	27.744,37	0,02	22.782,74	0,02	21,78
4.2. Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial - Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça	40.897.750,58	35,93	34.485.350,37	26,68	18,59
4.3. Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.219,44	0,02	21.770,74	0,02	2,06
5. Dívida Ativa Não Tributária – Demais Créditos	0,00	0,00	392.388.326,37	303,54	-100,00
5.1. Contribuições de Iluminação Pública – COSIP	0,00	0,00	68.546,25	0,05	-100,00
5.2. Impugnações e Imposições	0,00	0,00	27.932.643,64	21,61	-100,00
5.3. Dívida Ativa Demais Créditos Não Tributários a Curto Prazo	0,00	0,00	364.387.136,48	281,88	-100,00
6. Outros Créditos a Rec. e Valores a Curto Prazo	70.994.949,18	62,37	63.243.081,91	48,92	12,26
6.1. Depósitos Judiciais	1.071.015,61	0,94	1.071.015,61	0,83	0,00
6.2 Outros Créditos Diversos Inscritos	5.547.693,10	4,87	5.613.051,47	4,34	-1,16
6.3 Outros Créditos a Receber Devedores Diversos	823.291,11	0,72	2.551.710,84	1,97	-67,74
6.4 Outros Créditos Não Tributários de Origens Diversas	63.552.949,36	55,83	54.007.303,99	41,78	100,00
7. (-) Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	0,00	-360.903.595,46	-279,19	-100,00

AV% - Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1. Adiantamentos Concedidos

Pendências sub judice de prestação de contas, justificativas dos gastos, perdas ou de outras ocorrências que não foram possíveis de ajustar no corrente exercício, devendo ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa posteriormente.

2. Tributos a Recuperar / Compensar

Créditos tributários a compensar, tais como IRRF, INSS, IRPJ, PIS/PASEP, entre outros, do saldo da conta Tributos a Recuperar/Compensar do crédito do tributo.

3. Créditos por Danos ao Patrimônio

Registro de danos provenientes de direitos oriundos de prestação de contas que foram impugnadas administrativamente, referente a exercícios anteriores, de contas de convênios e subvenções repassadas às entidades assistenciais.

4. Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados: R\$ 40.947.714,39, que se subdivide em três subitens, a saber:

Depósitos Judiciais de R\$ 27.744,37 para corresponder a pagamentos de saques em contas bancárias determinados pelo Tribunal de Justiça do Paraná em garantia de pagamento de processos em andamento; Depósitos Restituíveis Vinculados em Conta Especial de Precatório Controlada pelo Tribunal de Justiça no valor de R\$ 40.897.750,58, efetuados mensalmente para pagamentos pendentes e posterior baixa das obrigações; e Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados no valor de R\$ 22.219,44, de pagamentos de precatórios efetuados em duplicidade

referentes a três processos, uma vez que não houve baixa da lista oficial do Tribunal de Justiça do Paraná e houve novo pagamento. O município peticionou a devolução dos valores à justiça.

5. Dívida Ativa Não Tributária– Demais Créditos, que subdivide em três subitens, a saber:

Contribuição de Iluminação Pública – COSIP que no exercício não possui saldo, no entanto no exercício anterior representou Créditos a Receber da Copel referentes à Contribuição de Iluminação Pública.

Impugnações e Imposições, no exercício também não apresenta saldo, mas se refere às certidões de débitos emitidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, de responsabilização de entidades e terceiros, objetivando a restituição de valores ao município. Inscrevem-se também as impugnações ou glosas originárias de processos administrativos decorrentes das impugnações das prestações de contas que se apresentem com irregularidades ou pendências com as respectivas multas e juros, inclusive correção. Em 2016 houve reclassificação do saldo para a conta Dívida Ativa Não Tributária.

Dívida Ativa Demais Créditos Não Tributários a Curto Prazo, não apresenta saldo no exercício, mas representa o Reconhecimento de créditos não tributários de origens diversas, decorrente de efeitos da mudança de critério contábil, inclusive respectivas multas e juros sobre os créditos não tributários a receber, reconhecidos no exercício de 2015 e anteriores. Em 2016 houve reclassificação do saldo para a conta Dívida Ativa Não Tributária.

6. Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo – R\$ 70.994.949,18 - que se subdivide em três subitens, a saber:

Depósito Judicial Instituto de Desenvolvimento de Londrina - Codel – R\$ 1.071.015,61, refere-se a depósito judicial de desapropriação de terrenos destinados à industrialização o qual foi promovido pelo município, pendente de regularização.

Outros Créditos Diversos Inscritos – R\$ 5.547.693,10 refere-se a créditos pendentes a regularizar de órgãos da administração indireta e terceiros pelo fornecimento de bens, materiais e serviços repassados, assim como créditos previdenciários suportados pelo município operante o Instituto Nacional de Previdência Social, mediante desconto junto ao Fundo de Participação do Município.

Outros Créditos a Receber de Devedores Diversos – R\$ 823.291,11– Créditos pendentes a regularizar com entidades da administração indireta, referentes a garantias concedidas cujo desconto ocorreu pelo Fundo de Participação do Município, e de terceiros pelo atendimento no fornecimento de bens, materiais e serviços, assim como crédito previdenciário suportado a regularizar.

Outros Créditos Não Tributários de Origens Diversas - R\$63.552.949,36 –Refere-se ao valor de R\$ 42.706.894,15, de principal e de R\$20.846.055,21, de multas e juros sobre os créditos não tributários a receber referentes a exercícios anteriores a 2016, de diversas origens, que não participando do processo de integração, porém controlado pelo Sistema Tributário. Este reconhecimento, por ora, foi através de suporte documental do sistema tributário do município e em análise a integração destas informações.

11. Estoque

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
ESTOQUE	2.821.378,65	100,00	2.882.465,40	100,00	-2,12
1. Almoarifado	2.352.881,39	83,39	1.461.418,30	50,70	61,00
Material de Consumo	1.117.573,96	39,61	769.241,62	26,69	45,28
Gêneros Alimentícios - Outros Gêneros Alimentícios	24.237,41	0,86	6.992,07	0,24	246,64
Materiais de Construção	1.211.070,02	42,92	685.184,61	23,77	76,75
2. Combustíveis e Lubrificantes em Geral	64.389,83	2,28	3.024,55	0,10	2.028,91
Combustíveis - Gasolina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lubrificantes	64.389,83	2,28	3.024,55	0,10	2.028,91
3. Auto Peças	176.293,66	6,25	37.772,04	1,31	37.772,04
Outras Peças	176.293,66	6,25	37.772,04	1,31	366,73
4. Materiais de Expediente	227.813,77	8,07	1.380.121,72	47,88	100,00
Materiais de Expediente	227.813,77	8,07	1.380.121,72	47,88	-83,49
5. Outros Estoques	0,00	0,00	128,79	0,00	-100,00
Estoques Diversos - Estoque de Insumos Agrícolas	0,00	0,00	128,79	0,00	-100,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

12. Ativo Realizável a Longo Prazo

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	595.909,81	100,00	2.260.374,31	100,00	0,00
1. Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	595.909,81	100,00	2.260.374,31	100,00	0,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1. Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações com vencimento no longo prazo. Os registros se referem a Depósitos Judiciais de desapropriações de imóveis para o atendimento de atividades de interesse público, mandado de sequestro da 6ª Vara Cível, autos n.º 55.981/2011 e autos 162-84/1990 de compensação de créditos.

13. Investimentos

EMPRESAS	2016	AV%	2015	AV%	AH
INVESTIMENTOS	118.552.230,60	100,00	114.273.806,78	100,00	3,74
1. Equivalência Patrimonial	118.515.363,40	99,97	135.739.602,41	118,78	-12,69
Sercomtel Telecomunicações S/A.	40.285.350,00	33,98	48.830.246,07	42,73	-17,50
Companhia de Habitação de Londrina. – Cohab-Ld	77.290.978,22	65,20	86.753.845,84	75,92	-10,91
Cia. Municipal de Trânsito e Urbanismo – CMTU	0,00	0,00	100.000,00	0,09	-100,00
Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina	60.644,94	0,05	55.510,50	0,05	9,25
Adiantamento para Aumento de Capital – Cohab-Ld	878.390,24	0,74	0,00	0,00	100,00
2. Outros Investimentos	36.867,20	0,03	34.715,60	0,03	6,20
Ações da Rede Ferroviária Federal S/A.	14.879,60	0,01	14.879,60	0,01	0,00
Ações da Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A	3.034,16	0,00	1.502,08	0,00	102,00
Ações Central de Abastecimento do Pr. S/A – Ceasa/PR	18.953,44	0,02	18.333,92	0,02	3,38
3. Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	0,00	0,00	-21.500.511,23	-18,81	-100,00
(-). Ajuste ao Valor Recuperável - Companhia de Trânsito e Urbanismo - CMTU	0,00	0,00	-21.500.511,23	-18,81	-100,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

Participações Societárias

As participações societárias do Município englobam aquelas realizadas em empresas estatais. As participações em empresas sobre as quais o Município tem influência significativa na administração é mensurada ou avaliada pelo método da equivalência patrimonial. As demais são mensuradas ou avaliadas de acordo com o custo de aquisição. A participação na empresa estatal independente Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU apresentou, a partir do exercício de 2016, valores zerados tendo em vista que o patrimônio líquido da empresa passou a ser negativo e consequentemente passou ser representada no passivo proporcional à participação conforme Nota 20Item 4.

14. Imobilizado

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
IMOBILIZADO	2.070.722.676,95	100,00	1.316.950.070,13	100,00	57,24
Bens Móveis	86.325.622,10	4,17	80.265.007,86	6,09	7,55
Bens Móveis	86.325.622,10	4,17	80.265.007,86	6,09	7,55
(-) Depreciação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens Imóveis	1.984.397.054,85	95,83	1.236.685.062,27	93,91	60,46
Bens Imóveis	1.984.397.054,85	95,83	1.236.685.062,27	93,91	60,46
(-) Depreciação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

Como critério de avaliação patrimonial adotado pelo Município de Londrina, temos o custo de aquisição, produção ou construção, incluindo gastos complementares. Ativos imobilizados ou intangíveis obtidos a título gratuito são avaliados com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido em atos específicos e nos termos da doação.

As bases para a avaliação inicial e para as reavaliações aumentativa ou diminutiva dos imóveis municipais constam dos laudos técnicos emitidos pela comissão de Avaliação, lastreados a valor de mercado ou pelo Decreto nº 1558 de 23 de dezembro de 2013, com base na planta de valores do Sistema Imobiliário do Município.

Para o exercício de 2016, tínhamos a expectativa, após o levantamento inicial dos bens, de implantar a depreciação, amortização e a exaustão. Como o levantamento inicial não foi concluído por falha da empresa contratada, julgamos que implantar tais procedimentos (depreciação, exaustão e amortização) não traria a qualidade necessária à apresentação dos demonstrativos contábeis. A depreciação, amortização e exaustão serão implementadas após o referido levantamento inicial de bens.

Bens Móveis.

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
BENS MÓVEIS	86.325.622,10	100,00	80.265.007,86	100,00	1,08
Máquina, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas.	30.475.215,52	35,30	29.197.490,11	36,38	1,04
Bens de Informática	14.036.540,86	16,26	13.372.273,49	16,66	1,05
Móveis e Utensílios	11.824.339,53	13,70	10.080.080,34	12,56	1,17
Materiais Culturais, Educação e de Comunicação.	2.670.729,84	3,09	2.224.667,60	2,77	1,20
Veículos	25.303.042,41	29,31	23.515.335,45	29,30	1,08
Armamentos	700.884,00	0,81	700.884,00	0,87	1,00
Demais Bens Móveis	1.314.869,94	1,52	1.174.276,87	1,46	1,12

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

Bens Imóveis.

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	1.984.397.054,85	100,00	1.236.685.062,27	100,00	60,46
1. Bens Públicos Classificado p/Código Civil	1.908.395.512,98	96,17	1.207.933.354,97	97,68	57,99
1.1. Bens de Uso Comum do Povo	992.760.207,51	50,03	501.691.907,99	40,57	97,88
1.2. Bens de Uso Especial	831.299.598,41	41,89	632.443.823,64	51,14	31,44
1.3. Bens Dominicais	84.335.707,06	4,25	73.797.623,34	5,97	14,28
2. Bens Imóveis em Andamento	50.930.231,33	2,57	28.751.707,30	2,32	77,14
2.1. Estudos e Projetos	913.205,78	0,05	180.504,95	0,01	405,92
2.2. Obras em Andamento	50.017.025,55	2,52	28.571.202,35	2,31	75,06
3. Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	88.049,57	0,00	0,00	0,00	100,00
3.1. Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	88.049,57	0,00	0,00	0,00	100,00
4. Demais Bens Imóveis	24.983.260,97	1,26	0,00	0,00	100,00
4.1. Imóveis em Poder de Terceiros	6.804.656,45	0,34	0,00	0,00	100,00
4.2. Terrenos de Terceiros em Poder do Ente	18.178.604,52	0,92	0,00	0,00	100,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1.1. Bens de uso comum do povo

Os critérios e os procedimentos para reconhecimento, mensuração e evidenciação dos ativos de Uso Comum, assim como da infraestrutura administrados pelo Município foram classificados de acordo com o previsto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas Aplicadas ao Setor Público nºs 16.9 e 16.10, aprovadas pelas Resoluções CFC nºs 1.136 e 1.137, de 21 de novembro de 2008, alteradas pela Resolução CFC nº 1.437, de 22 de março de 2013, e em portarias da STN/MF que regem a matéria. Em atendimento às novas normas contábeis, em 2016 houve intensificação do reconhecimento de bens municipais que não estavam reconhecidos patrimonialmente, o que acarretou variação positiva de R\$ 491.068.299,52 na classe de bens de uso comum do povo e basicamente se refere a ruas, praças, parques, bosques e fundos de vale.

1.2. Bens de Uso Especial

Compreendem os bens, tais como edifícios ou terrenos, destinados a serviço ou estabelecimento da administração municipal, como imóveis residenciais, terrenos, glebas, aquartelamento, aeroportos, açudes, fazendas, museus, hospitais, dentre outros.

1.3. Bens Dominicais

Corresponde aos os bens que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades;

2. Bens Imóveis em Andamento

Tratam-se de bens em formação ou em construção, cuja incorporação no patrimônio ocorrerá após a sua conclusão.

3. Benfeitorias e Propriedades de Terceiros

Correspondem às obras e gastos de manutenção ou de readaptação em bens de terceiros para o desempenho das atividades específicas, normalmente em bens de propriedade de outras esferas de governos, os quais são cedidos ou permutados com outros imóveis, dentro dos objetivos e do interesse público.

4. Demais Bens Imóveis, correspondente aos bens cedidos ou recebidos de outras esferas de governos com o objetivo de melhor atendimento do interesse público.

15. Intangível

Os bens intangíveis compreendem especialmente, mas não exclusivamente, softwares adquiridos de empresas especializadas, visando atender às necessidades específicas do Município. Esses ativos foram mensurados pelo custo de produção, representado pelo valor do contrato de aquisição e podendo ou não estarem sujeitos a amortização.

CONTAS CONTÁBEIS	2016	AV%	2015	AV%	AH%
BENS INTANGÍVEIS	771.467,27	100,00	644.314,86	100,00	19,73
Softwares	771.467,27	100,00	644.314,86	100,00	19,73

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

PASSIVOS**16. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar.**

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR DE CURTO PRAZO	28.751.068,11	213.850.891,22	242.601.959,33	30.946.752,21	275.445.627,30	306.392.379,51
Pessoal a Pagar	2.248.591,33	0,00	2.248.591,33	5.776.804,80	55.955.043,00	61.731.847,80
1. Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores	695.180,16	0,00	695.180,16	96.603,61	0,00	96.603,61
2. Décimo Terceiros Salários	40.019,44	0,00	40.019,44	40.019,44	0,00	40.019,44

3. Licença Prêmio	1.499.837,41	0,00	1.499.837,41	0,00	0,00	0,00
4. Salários, Remunerações e Benefícios de Exercícios Anteriores	13.554,32	0,00	13.554,32	21.556,67	0,00	21.556,67
5. Precatórios de Pessoal	0,00	0,00	0,00	5.618.625,08	55.955.043,00	61.573.668,08
Benefícios Assistenciais a Pagar	6.833,17	0,00	6.833,17	6.334,81	0,00	6.334,81
1. Benefícios Assistenciais a Pagar do Exercício	6.833,17	0,00	6.833,17	6.196,76	0,00	6.196,76
2. Benefícios Assistenciais a Pagar de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	138,05	0,00	138,05
Encargos Sociais a Pagar	26.495.643,61	213.850.891,22	240.346.534,83	25.163.612,60	219.490.584,30	244.654.196,90
1. Contribuições ao RGPS - Contribuições Sobre Salários e Remunerações	183.879,39	0,00	183.879,39	89.897,58	0,00	89.897,58
2. Contribuições ao RGPS - Débito Parcelado	993.760,92	19.346.508,82	20.340.269,74	941.160,09	18.567.767,31	19.508.927,40
3. Contribuição a Regime Próprio de Previdência	0,00	0,00	0,00	2.993.182,41	0,00	2.993.182,41
4. Contribuição Patronal	25.317.515,09	194.504.382,40	219.821.897,49	20.423.536,47	200.922.816,99	221.346.353,46
5. Outros Encargos Sociais	488,21	0,00	488,21	715.836,05	0,00	715.836,05

Pessoal a Pagar

Obrigações com pessoal a pagar a partir do próximo exercício, entretanto, o saldo correspondente aos Precatórios de Pessoal foram baixados e transferidos para conta contábil transitória denominada "Outros Credores de Exercícios Anteriores" do grupo do Passivo Não Circulante, em decorrência das alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, visando a transferência e abertura dos saldos em contas específicas.

Precatórios de Pessoal

A reclassificação do saldo do passivo não circulante para o passivo circulante foi realizada de acordo com a modulação dos efeitos da decisão de inconstitucionalidade da EC 62/2009 pelo STF, na qual o Município tem cinco anos a partir de 01/01/2016 para quitar o saldo de precatórios.

17. Empréstimos e Financiamentos

Apresentado pelo valor nominal da evolução dos saldos de empréstimos e financiamentos comparativamente com o exercício anterior, e demonstração da posição dos contratos em vigência, o item 3 refere-se apenas aos juros e encargos, a saber:

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	52.335.511,31	118.994.223,99	171.329.735,30	48.968.272,46	55.234.608,93	104.202.881,39
1. Empréstimo Interno	42.795.854,41	48.941.110,50	91.736.964,91	43.365.643,88	4.830.717,20	48.196.361,08
2. Financiamento Interno	8.697.023,70	70.053.113,49	78.750.137,19	4.903.799,81	50.403.891,73	55.307.691,54
3. Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos	842.633,20	0,00	842.633,20	698.828,77	0,00	698.828,77

Contratos de Operações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES	Cadastro	Nº Parcelas	Juros %	Circulante	Não Circulante
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				52.335.511,31	118.994.223,99
1. Empréstimos				42.795.854,41	48.941.110,50
Operação de Crédito AFPR/SFM 2951/2012 - Agência de Fomento do Paraná - Pavimentação de vias	65/2014	29/71 > 42 meses	6	4.334.416,38	2.039.626,87
Operação de Crédito AFPR/SFM 2951/2012 - Pavimentação Av. Angelina R. Vezozzo e Rua Antonio C. Lage	66/2014	28/240 > 212	6	5.848.406,63	199.979,75
Operação de Crédito AFPR/SMF - Programa de Aquisição de Equipamentos PROMAP II - PR	67/2014	24/53 > 29	4	7.808.327,32	5.123.305,46
Operação de Crédito AFPR/SFM Pavimentação e Recape de vias	1/2015	22/88 > 66	4,5	3.027.815,85	9.120.172,56
Operação de Crédito AFPR/SFM 3446/2015 - Aquisição de Terreno Aeroporto	125/2015	16/58 > 42	5,25	6.855.453,88	15.486.396,04
Operação de Crédito BNDS PMAT CT. 14.2.0375.1	126/2015	Pg. 2/72 > 70	1,9	4.281.984,61	13.609.332,65
Operação de Crédito CEF 0400.311-21/2014 Acessos as Rodovias PR-445 a BR-369 ARCO LESTE	4/2016	9/240 > 231	6	0,00	548.938,98
Operação de Crédito 041 5366-00/2014 Implantação Sistema Transporte Urbano BRT	5/2016	5/240 > 235	6	0,00	734.124,76

Operação de Crédito AFPR/SFM 3641 Terreno Aeroporto	87/2016	1/55 > 54	6,5	10.639.449,74	2.079.233,43
2. Financiamentos				8.697.023,70	70.053.113,49
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	110/2013	96/216 > 120	3,08	3.694.089,39	33.897.462,41
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	181/2013	63/183 > 120	3,08	1.433.177,60	12.890.946,69
Financiamento da COHAB-LD Terreno Industrial Lei 12.242	3/2016	2/8 > 5 anos	0	3.569.756,71	23.264.704,39
3. Juros e Encargos de Empréstimo e Financiamentos				842.633,20	0,00
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 269931	110/2013			96.484,98	0,00
Operação de Crédito CEF/COHAB CT 362381	181/2016			36.765,25	0,00
Operação de Crédito AFPR/SFM 2951/2012 - Pavimentação Av. Angelina R. Vezozzo e Rua Antonio C. Lage.	66/2014			33.303,71	0,00
Operação de Crédito BNDS PMAT CT. 14.2.0375.1	126/2015			151.679,30	0,00
Parcelamento RPPS Lei 10313/2007	106/2013			524.399,96	
TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS				52.335.511,31	118.994.223,99

18. Fornecedores e Contas a Pagar

Representam as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes de fornecimento de bens e prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar.

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	11.007.363,54	0,00	11.007.363,54	6.729.962,44	0,00	6.729.962,44
1. Fornecedores e Contas a Pagar	11.007.363,54	0,00	11.007.363,54	6.729.962,44	0,00	6.729.962,44

19. Obrigações Fiscais

Compreende as obrigações e encargos fiscais da entidade junto a órgãos governamentais, como encargos, taxas e emolumentos.

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
OBRIGAÇÕES FISCAIS	297.551,82	19.035.308,96	19.332.860,78	568.688,17	18.141.111,44	18.709.799,61
1. PIS/PASEP a Recolher – Não Parcelado	4.616,08	0,00	4.616,08	2.383,33		2.383,33
2. PIS/PASEP a Recolher - Parcelado	291.233,52	19.035.308,96	19.326.542,48	565.517,76	18.141.111,44	18.706.629,20
3. Outros Tributos e Contribuições Federais a Recolher	653,21	0,00	653,21	146,76		146,76
4. Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	1.049,01	0,00	1.049,01	640,32		640,32

O encargo de PIS/PASEP a Recolher – Parcelado, corresponde ao Tributo Renegociado com a União no que tange ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), por meio da Lei Federal nº 12.810, de 15 de maio de 2013.

20. Demais Obrigações

Representam as obrigações do Município junto a terceiros, não incluídas nos subgrupos anteriores, principalmente os precatórios e outras reivindicações judiciais.

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Demais Obrigações a Pagar	53.440.531,03	101.117.861,01	154.558.392,04	29.298.497,45	63.524.078,09	92.822.575,54
1. Consignações	3.748.875,69	0,00	3.748.875,69	5.735.410,46	0,00	5.735.410,46
2. Depósitos Judiciais	6.581.296,04	0,00	6.581.296,04	3.190.247,23	0,00	3.190.247,23
3. Depósitos Não Judiciais – Cauções	1.660.002,01	0,00	1.660.002,01	1.345.882,40	0,00	1.345.882,40
4. Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidado	41.450.357,29	0,00	41.450.357,29	19.026.957,36	0,00	19.026.957,36
5. Precatórios de Terceiros	0,00	34.010.826,80	34.010.826,80	0,00	63.524.078,09	63.524.078,09
6. Outros Credores de Exercícios Anteriores	0,00	67.107.034,21	67.107.034,21	0,00	0,00	0,00

1. Consignações

Decorrem das retenções efetuadas em folha de salários de pessoal, em pagamentos a fornecedores e depósitos não identificados para posterior recolhimento, principalmente no mês seguinte, como se segue: Retenções sobre Vencimentos e Vantagens – RPPS R\$ 1.483,00; Encargos Previdenciários – INSS R\$ 153.970,14; Retenções para Sindicatos R\$ 153.590,66; Retenções para Associações R\$ 99.423,85; Retenções para Empréstimos e Financiamentos R\$ 548.523,42; Retenções de Seguros R\$ 52.375,64; Retenções de Assistência Odontológica R\$ 31.414,30; Retenções de Cartões de Créditos R\$ 44.574,80; Outras Retenções R\$ 93.822,67; Consignações de Convênios a Repassar a Entidades R\$ 2.552.240,76; e Valores não reclamados de fornecedores R\$ 17.456,45.

2. Depósitos Judiciais

Depósitos efetuados em contas do Poder Judiciário referentes a pagamentos de débitos inscritos em dívida ativa e/ou de devolução/apropriação de valores depositados como recursos judiciais.

3. Depósitos Não Judiciais – Cauções

Depósitos caucionados que constituem garantias fornecidas pelos contratados com objetivo de assegurar a execução dos contratos celebrados com o município.

4. Outras Obrigações de Curto Prazo

Valores de terceiros inseridos em restos a pagar e/ou de retenções em nome deles independentes do prazo de exigibilidade abrangendo os valores a repassar às entidades privadas sem fins lucrativos e precatórios a pagar. Compreendem-se também as operações efetuadas entre unidade pertencente ao orçamento fiscal e da seguridade social com pessoas ou unidades de entes públicos que não pertençam ao município além dos demais fatos que não compreendem transações entre as partes.

Os valores relevantes desta rubrica se referem a: Convênios a Pagar R\$ 819.331,00; Precatórios de Terceiros no valor de R\$ 17.681.326,44; Subvenções a Pagar R\$ 56.000,00; Perdas em Participação em Empresa com Patrimônio Líquido Negativo em R\$ 17.512.810,58; Participação em Consórcio Público a pagar no valor de R\$ 151.377,69; Outros Credores de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 4.773.850,34 e Demais contas de obrigações de curto prazo no valor de R\$ 455.661,24.

5. Precatórios de Terceiros de Longo Prazo

Inscrições de dívida no passivo patrimonial do Município determinado pelo Tribunal de Justiça e transferências em decorrência de demandas judiciais em tramitação

6. Outros Credores de Exercícios Anteriores

Registro transitório pela agregação dos saldos das contas de Precatórios de Pessoal de curto e longo prazo decorrente das alterações no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público– PCASP para a transferência e abertura dos saldos em contas específicas.

PASSIVOS CONTINGENTES– PROVISÃO**21. Riscos Fiscais e Passivos Contingentes**

Riscos Fiscais compreendem os passivos de prazo ou de valor incertos, relacionados ao pagamento de autuações fiscais.

Passivo contingente é uma obrigação possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou uma obrigação presente resultante de eventos passados mas que não é reconhecida por que: não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para a extinção da obrigação; ou não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

CONTAS CONTÁBEIS	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
RISCOS FISCAIS E PASSIVOS CONTINGENTES	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00
1. Provisões de Curto Prazo (Riscos Fiscais)	1.100.000,00	0,00	1.100.000,00	1.050.000,00	0,00	1.050.000,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO**22. Resultados**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
ESPECIFICAÇÃO	2016	AV%	2015	AV%	AH%
RESULTADO ACUMULADO	2.150.477.985,01	100,00	1.320.777.689,35	100,00	62,82
1. Resultado do Exercício	148.127.118,80	6,89	-649.826.844,19	-49,20	538,70
2. Resultado de Exercícios Anteriores	1.320.815.848,86	61,42	1.133.165.853,57	85,80	16,56
3. Ajuste de Exercícios Anteriores	681.535.017,35	31,69	837.438.679,97	63,40	-18,62
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.150.477.985,01	100,00	1.320.777.689,35	100,00	62,82

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1. Resultado do Exercício

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio resultantes ou independentes da execução orçamentária. No exercício de 2016 foi superavitário na ordem de R\$ 148.127.118,80, evidenciado pela diferença positiva entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas. Cabe ressaltar que a partir de 2015 houve a provisão para ajuste de perdas de Dívida Ativa, das multas e os juros incidentes sobre o principal da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária. É importante destacar que o município está em plena fase de adequação, de forma gradual, para atender às novas normas contábeis aplicadas ao setor público, desde 2013. Este cenário patrimonial ainda sofrerá ajustes nos exercícios subsequentes para que o balanço reflita a realidade dos seus elementos patrimoniais e possa contribuir para uma adequada tomada de decisões de seus gestores públicos, racionalizar os custos dos serviços prestados à população, dar maior transparência na gestão fiscal e instrumentalizar o controle social.

2. Resultado de Exercícios Anteriores

Refere-se ao saldo acumulado dos resultados de exercícios anteriores que se altera em função de ajustes que não possam ser atribuídos ao resultado do corrente exercício.

3. Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores foi movimentada em 2016, substancialmente, em função de:

- mudança de práticas contábil, inclusive: reavaliação positiva ou negativa, conforme os procedimentos previstos quando se tratar da primeira avaliação do bem. A Diretoria de Contabilidade optou por seguir o padrão estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), vinculada ao Ministério da Fazenda, promovendo o lançamento da reavaliação inicial a conta de ajuste de exercícios anteriores; e
- retificação de erros de exercícios anteriores não atribuíveis a fatos subsequentes, tais como: ajuste do saldo contábil, e incorporação ou desincorporação de patrimônio relativo a exercícios anteriores.

CONTAS DE CONTROLES

Grupo de contas relacionadas a situações não compreendidas no patrimônio do município, mas que, direta ou indiretamente, possam vir a afetá-lo, inclusive as que dizem respeito aos atos e fatos ligados à execução orçamentária e financeira, onde são registrados Atos Potenciais e de Outros Controles Específicos de maior relevância para monitoramento de controle.

23. Atos Potenciais Ativos

São atos que possam vir a afetar positivamente o patrimônio da entidade governamental, imediata ou indiretamente, são os ativos contingentes que são registrados em contas de controle.

DESCRIÇÃO	2016	AV%	2015	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	216.284.393,62	100,00	16.601.139,18	100,00	1.202,83
1. Garantia e Contragarantias Recebidas A Executar	3.172.618,66	1,47	3.135.213,43	18,89	1,19
2. Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	9.645.774,96	4,46	13.465.925,75	81,11	-28,37
3. Direitos Contratuais a Executar	203.466.000,00	94,07	0,00	0,00	100,00

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1. Garantia e Contragarantias Recebidas A Executar, são os registros de avais, fianças e hipotecas recebidas como garantia e contra garantias sobre contratos firmados no fornecimento de bens, serviços e obras.

2. Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber de valores a receber de convênios e outros instrumentos congêneres firmados com entes públicos federais e estaduais, mantendo-se os valores originais, mesmo após a sua fase de aprovação.

3. Direitos Contratuais a Executar firmados com terceiros no fornecimento de bens e serviços destinados ao atendimento das atividades e dos serviços públicos.

24. Atos Potenciais Passivos

São os atos que possam vir a afetar negativamente o patrimônio da entidade governamental, imediata ou indiretamente, são os passivos contingentes que serão registrados em contas de controle.

DESCRIÇÃO	2016	AV%	2015	AV%	AH%
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	7.704.608.712,62	100,00	8.293.332.785,15	100,00	-7,10
1. Garantias e Contra garantias Concedidas a Executar	119.840.022,26	1,56	125.720.764,63	1,52	-4,68
2. Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar	555.689,29	0,01	1.408.898,17	0,02	-60,56
3. Obrigações Contratuais a Executar	433.988.950,82	5,63	354.618.677,73	4,28	22,38
4. Outros Atos Potenciais Passivos A Executar	7.150.224.050,25	92,80	7.811.584.444,62	94,19	-8,47

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

1. Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar, registros de instrumentos firmados, de execução de avais e fiança, concedida pelo Município a entidade da administração indireta, Companhia de Habitação de Londrina – Cohab-Ld.

2. Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres a Liberar, registros de transferências voluntárias concedidas a diversas entidades assistências e de interesse público, através de convênios e outros instrumentos congêneres.

3. Obrigações Contratuais a Executar, compreende os registros de controle dos valores das obrigações contratuais, quando o Município participa como contratante de bens, serviços e obras públicas, a saber: Contrato de Seguros R\$ 8.071,70 Contratos de Serviços e obras R\$ 280.153.328,93; Contratos de fornecimento de bens R\$ 11.073.487,34; Contratos de aluguéis R\$ 3.097.526,06 e Contrato de Operação de Crédito no valor de R\$ 139.656.536,79. Ressalte-se também que os valores dos atos potenciais referentes a contratos de serviços e obras, seguros, de fornecimento de bens e de aluguéis são informações apresentadas pela secretaria de Gestão Pública, através do módulo Licitações e Contratos.

4. Outros Atos Potenciais Passivos a Executar, são registrados outros atos potenciais passivos não evidenciados no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) em contas anteriores, que potencialmente possam afetar negativamente o patrimônio do ente governamental, aumentando seu passivo ou diminuindo seu ativo, de forma imediata ou indiretamente;
Breves considerações acerca do item 4:

A nova contabilidade aplicada ao setor público vislumbra a necessidade de evidenciar e aprimorar com qualidade os elementos patrimoniais, de forma a instituir instrumentos eficientes de controle, monitoramento, fiscalização e orientação aos gestores públicos, no que tange ao planejamento e execução de seus atos e fatos ligados a execução orçamentária, contábil, financeira e patrimonial, em consonância com os padrões e regras estabelecidas pelos órgãos competentes.

Neste contexto, a necessidade de proporcionar maior transparência sobre as contas públicas e principalmente, subsidiar os gestores públicos, em seus atos de governo, de forma prévia e planejada, com base nos princípios fundamentais da contabilidade, além daqueles norteadores da administração pública, fez com que incluíssemos como Outros Atos Potenciais Passivos, uma conta específica de controle, referente a Cobertura de Insuficiência Financeira do Fundo Financeiro - Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), levando em conta a relevância de valores apurados em laudo atuarial, a obrigatoriedade a longo prazo do ente e a utilização de recursos do aporte financeiro para o pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas lotados no Fundo Financeiro.

O reconhecimento teve por base a Avaliação Atuarial, que indica o valor presente dos compromissos futuros do plano de benefícios do RPPS, suas necessidades de custeio e o resultado atuarial de longo prazo, devidamente registrado na unidade gestora do RPPS, em seu passivo não circulante, representado contabilmente pelas provisões matemáticas previdenciárias, do Fundo Financeiro, em contabilidade individualizada, que demonstra todas as fontes de financiamento do Plano Financeiro, tais como: receitas de contribuições, receitas de compensações financeiras, parcelamento de dívidas já confessadas e a cobertura de insuficiência financeira, este de obrigatoriedade do Ente, até sua plena extinção, visando o equilíbrio financeiro e atuarial deste plano de custeio, gerado pela opção da segregação de massa, como forma de equacionamento do déficit atuarial.

O montante registrado em 2016 na conta de Outros Atos Potenciais Passivos foi de R\$ 7.150.224.050,25 e representa o possível comprometimento do Município de Londrina na cobertura da insuficiência financeira do Fundo Financeiro até sua extinção e é decorrente das provisões de benefícios concedidos e a conceder. Houve uma queda considerável de R\$ 661.360.394,37 conforme atualização do laudo anual de Avaliação Atuarial da CAAPSM - Caixa de Assistência, Aposentadorias e Pensões dos Servidores Municipais, ano base 2017 de data base em 31/12/2016. Em 23 de dezembro de 2016 a Lei nº 12.481 extinguiu a segregação de massas o que trará grande variação à provisão matemática e será ajustada no exercício de 2017.

25. Considerações Finais

O Município optou pela contratação do sistema de contabilidade terceirizada para toda a administração, tanto para a administração direta como para a indireta, com objetivo de atender a consolidação dos balanços, a qual se encontra perfeitamente atinada à legislação aplicada ao setor público e profissional, e estando regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange à questão ética profissional. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pelos órgãos da administração direta, respondendo estes, pela veracidade, integralidade e procedência. Os gestores se encontram cientes de toda legislação aqui aplicável, especialmente no tocante das responsabilidades quanto a documentação e procedimentos. A responsabilidade do profissional Contador que referenda estas demonstrações contábeis está limitada aos fatos efetivamente notificados pelos referidos órgãos da administração a este profissional.

Londrina, 31 de dezembro de 2016. Alexandre Lopes Kireeff – Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez – Controlador-Geral do Município, Danilo Ap. Landegraf Barbosa – Contador CRC PR nº. 65.601/O-0

BALANÇO FINANCEIRO - EXERCÍCIO 2016 ANEXO 13 - LEI 4.320/64

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	1.113.874.683,57	1.029.433.087,71	Despesa Orçamentária (VI)	812.963.888,09	726.366.824,18
Ordinária	870.182.844,67	789.151.115,58	Ordinária	540.995.077,33	480.890.974,93
Vinculada	243.691.838,90	240.281.972,13	Vinculada	271.968.810,76	245.475.849,25
Transferências do FUNDEB	139.653.263,74	130.865.684,75	Transferências do FUNDEB	153.137.589,41	132.745.292,22
Transferências Voluntárias	6.826.052,13	9.852.967,26	Transferências Voluntárias	9.899.673,11	9.933.692,45
Alienação de Bens	339.967,35	3.551.321,39	Alienação de Bens	0,00	599.745,28
Operações de Crédito	34.594.554,80	39.736.494,97	Operações de Crédito	34.867.586,75	35.937.272,66
Transferências de Programas	17.994.934,04	13.710.231,04	Transferências de Programas	15.136.809,82	15.975.380,93
Outras Origens	13.820.070,90	13.827.606,47	Outras Origens	18.841.883,48	13.336.375,99
COSIP	26.774.082,22	23.973.723,90	COSIP	34.096.714,41	34.277.707,94
FUNREBOM	3.688.913,72	4.763.942,35	FUNREBOM	5.988.553,78	2.670.381,78
Transferências Financeiras Recebidas (II)	163.124,63	38.827,37	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	333.129.361,33	307.252.582,05
Recebimentos Extraorçamentários (III)	686.433.072,50	637.637.518,13	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	664.171.432,38	599.434.269,97
Inscrição de Restos a Pagar Processados	9.755.039,78	9.828.238,93	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	10.978.228,34	12.284.117,32
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	59.082.866,45	70.812.584,11	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	37.316.671,42	34.910.093,79
Valores Restituíveis	617.595.166,27	556.996.695,09	Valores Restituíveis	615.876.532,62	552.240.058,86
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	219.857.501,06	185.801.744,05	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)	210.063.699,96	219.857.501,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	181.971.934,25	163.043.777,08	Caixa e Equivalentes de Caixa	167.430.531,10	181.971.934,25
Realizável	37.885.566,81	22.757.966,97	Realizável	42.633.168,86	37.885.566,81
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	2.020.328.381,76	1.852.911.177,26	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	2.020.328.381,76	1.852.911.177,26

NOTAS EXPLICATIVAS**Nota 01 - Considerações Gerais**

O Balanço Financeiro, segundo a NBC T 16.6, objetiva demonstrar todas as entradas e saídas de recursos financeiros sejam de origem orçamentária ou extraorçamentária, bem como os saldos do início e do final do período. As receitas orçamentárias são apresentadas líquidas das deduções, o valor das deduções da receita orçamentária por fonte/destinação de recursos, no exercício de 2016, foi de R\$ 92.109.792,13.

O Balanço Financeiro é estruturado de forma a evidenciar o resultado financeiro do período que é a diferença entre o total dos ingressos financeiros e o total dos dispêndios financeiros tanto orçamentários como extraorçamentários.

O resultado financeiro quando positivo indica que houve mais ingressos de recursos do que dispêndios, por simetria, o negativo indica que houve mais dispêndios.

É importante que as demonstrações contábeis sejam avaliadas em conjunto, pois uma variação positiva na disponibilidade do período não é sinônimo, necessariamente, de bom desempenho da gestão financeira, uma vez que tal variação pode ter sido ocasionada por endividamento público.

A variação negativa na disponibilidade do período não significa, necessariamente, um mau desempenho, pois pode refletir uma redução no endividamento. Portanto, a análise deve ser feita conjuntamente com o Balanço Patrimonial, considerando os fatores mencionados e as demais variáveis orçamentárias e extraorçamentárias.

Nota 02 – Tipo de Destinação da Origem e Aplicação do Recurso

Ordinário é o processo de alocação livre entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades da entidade.

Vinculado é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela legislação.

Nota 03 - Análise do Balanço Financeiro**ANÁLISE DO BALANÇO FINANCEIRO**

INDICADOR	METODOLOGIA	2016	QUOCIENTE
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	RECEITA/DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1,37
	Receita Orçamentária	1.113.874.683,57	
	Despesa Orçamentária	812.963.888,09	
	RESULTADO FINANCEIRO	300.910.795,48	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se no período ocorreu resultado financeiro positivo ou negativo.		
	Igual a 1 - Há equilíbrio entre entradas e saídas de recursos.		
	Maior que 1 - Há superávit entre entradas e saídas de recursos.		
	Menor que 1 - Há déficit entre entradas e saídas de recursos.		
	Conclusão: Com quociente de 1,37 o resultado foi positivo em R\$ 300.910.795,48.		

INDICADOR	METODOLOGIA	2016	QUOCIENTE
EXECUÇÃO EXTRAORÇAMENTÁRIA	RECEITA EXTRA / DESPESA EXTRA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1,03
	Receita Extraorçamentária	686.433.072,50	
	Despesa Extraorçamentária	664.171.432,38	
	RESULTADO FINANCEIRO	22.261.640,12	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se houve superávit ou déficit extraorçamentário		
	Igual a 1 - Há equilíbrio entre entradas e saídas de recursos.		
	Maior que 1 - Há superávit entre entradas e saídas de recursos.		
	Menor que 1 - Há déficit entre entradas e saídas de recursos.		
	Conclusão: Com quociente de 1,03 o resultado foi positivo em R\$ 22.261.640,12.		

INDICADOR	METODOLOGIA	2016	QUOCIENTE
RESULTADO DOS SALDOS EM ESPÉCIE	SALDO DOS EXERCÍCIOS	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,96
	Saldo para o Exercício Seguinte	210.063.699,96	
	Saldo do Exercício Anterior	219.857.501,06	
	VARIAÇÃO DO SALDO EM ESPÉCIE	-9.793.801,10	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se no exercício ocorreu resultado financeiro positivo ou negativo		
	Igual a 1 - Há equilíbrio entre recebimentos e pagamentos no período.		
	Maior que 1 - Há resultado financeiro positivo no período.		

Menor que 1 - Há resultado financeiro negativo no período.
--

Conclusão: O quociente de 0,96 indica que o resultado financeiro foi negativo, com decréscimo em R\$ 9.793.801,10, que se transferem para o exercício seguinte.
--

Nota 03 – Considerações Finais

O desempenho da gestão financeira de 2016 foi um resultado financeiro negativo em R\$ 9.793.801,10, (nove milhões setecentos e noventa e três mil, oitocentos e um reais e dez centavos), também denominado de resultado financeiro deficitário, ou seja, as entradas financeiras do exercício não foram suficientes para sanar todas as saídas, necessitando de recursos financeiros de exercícios anteriores, entretanto, há um valor financeiro de R\$ 210.063.699,96 (duzentos e dez milhões, sessenta e três mil, seiscentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) que se transferem para o exercício seguinte.

Londrina, 31 de dezembro de 2016. Alexandre Lopes Kireeff – Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez – Controlador-Geral do Município, Danilo Ap. Landegrafi Barbosa – Contador CRC PR nº. 65.601/O-0

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXERCÍCIO 2016
ANEXO 12 - LEI 4.320/64

<u>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.099.583.000,00	1.150.471.708,70	1.074.791.857,38	- 75.679.851,32
RECEITA TRIBUTÁRIA	518.760.000,00	518.760.000,00	463.865.754,08	- 54.894.245,92
Impostos	507.468.000,00	507.468.000,00	446.560.116,25	- 60.907.883,75
Taxas	31.202.000,00	31.202.000,00	28.540.255,42	- 2.661.744,58
Contribuição de Melhoria	18.000,00	18.000,00	2.827,39	- 15.172,61
(-) Deduções da Receita Tributária	- 19.928.000,00	- 19.928.000,00	- 11.237.444,98	8.690.555,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	19.730.000,00	19.730.000,00	30.940.793,30	11.210.793,30
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	19.732.000,00	19.732.000,00	30.940.793,30	11.208.793,30
(-) Deduções da Receita de Contribuições	- 2.000,00	- 2.000,00	0,00	2.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	18.471.000,00	45.315.439,70	54.582.789,78	9.267.350,08
Receitas Imobiliárias	20.000,00	20.000,00	0,00	- 20.000,00
Receitas de Valores Mobiliários	18.439.000,00	20.283.439,70	28.228.128,61	7.944.688,91
Receita de Concessões e Permissões	0,00	25.000.000,00	26.354.661,17	1.354.661,17
Outras Receitas Patrimoniais	12.000,00	12.000,00	0,00	- 12.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.642.000,00	3.074.408,30	2.485.229,16	- 589.179,14
Receita Bruta de Serviços	1.642.000,00	3.074.408,30	2.885.229,16	- 189.179,14
(-) Deduções da Receita de Serviços	0,00	0,00	- 400.000,00	- 400.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	469.343.000,00	491.954.860,70	452.699.026,39	- 39.255.834,31
Transferências Intergovernamentais	465.735.000,00	488.280.060,70	451.225.564,79	- 37.054.495,91
Transferências de Instituições Privadas	1.059.000,00	1.059.000,00	1.012.047,89	- 46.952,11
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas	1.149.000,00	1.149.000,00	401.413,71	- 747.586,29
Transferências de Convênios	1.400.000,00	1.466.800,00	60.000,00	- 1.406.800,00
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	71.637.000,00	71.637.000,00	70.218.264,67	-1.418.735,33
Multas e Juros de Mora	21.041.000,00	21.041.000,00	29.416.661,38	8.375.661,38
Indenizações e Restituições	2.283.000,00	2.283.000,00	2.045.181,84	-237.818,16
Receita da Dívida Ativa	39.822.000,00	39.822.000,00	46.333.683,27	6.511.683,27
Receitas Correntes Diversas	10.179.000,00	10.179.000,00	2.818.373,58	- 7.360.626,42
(-) Deduções de Outras Receitas	- 1.688.000,00	- 1.688.000,00	- 10.395.635,40	- 8.707.635,40
RECEITAS DE CAPITAL	183.778.000,00	193.136.367,20	39.016.647,39	- 154.119.719,81
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	156.103.000,00	156.103.000,00	33.988.000,19	- 122.114.999,81
Operações de Crédito Internas	153.103.000,00	153.103.000,00	33.988.000,19	- 119.114.999,81
Operações de Crédito Externas	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	- 3.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	301.000,00	301.000,00	236.192,00	- 64.808,00
Alienação de Bens Móveis	146.000,00	146.000,00	3.152,00	- 142.848,00
Alienação de Bens Imóveis	155.000,00	155.000,00	233.040,00	78.040,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	27.354.000,00	36.712.367,20	4.792.455,20	- 31.919.912,00
Transferências Intergovernamentais	2.486.000,00	2.598.117,20	1.342.083,86	- 1.256.033,34
Transferências de Convênios	24.868.000,00	34.114.250,00	3.450.371,34	- 30.663.878,66
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00	20.000,00	0,00	- 20.000,00
Outras Receitas	20.000,00	20.000,00	0,00	- 20.000,00
RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.233.000,00	1.233.000,00	66.178,80	-1.166.821,20

OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.233.000,00	1.233.000,00	66.178,80	-1.166.821,20
Indenizações e Restituições	1.233.000,00	1.233.000,00	66.178,80	-1.166.821,20
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	1.284.594.000,00	1.344.841.075,90	1.113.874.683,57	- 230.966.392,33
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	1.284.594.000,00	1.344.841.075,90	1.113.874.683,57	- 230.966.392,33
DÉFICIT (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (III + IV)	1.284.594.000,00	1.344.841.075,90	1.113.874.683,57	- 230.966.392,33
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00	72.708.784,44	72.708.784,44	0,00
Superávit Financeiro	0,00	72.708.784,44	72.708.784,44	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESA EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
DESPESAS CORRENTES	686.927.000,00	762.328.363,22	706.347.615,70	675.948.165,42	668.521.169,58	55.980.747,52
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	447.665.000,00	479.088.585,54	460.888.165,30	453.415.107,09	453.257.076,79	18.200.420,24
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	23.252.000,00	22.624.000,00	22.536.406,38	22.536.406,38	21.878.756,19	87.593,62
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	216.010.000,00	260.615.777,68	222.923.044,02	199.996.651,95	193.385.336,60	37.692.733,66
DESPESAS DE CAPITAL	252.389.000,00	295.710.248,88	106.616.272,39	77.932.856,22	75.604.812,28	189.093.976,49
INVESTIMENTOS	208.210.000,00	251.649.185,55	62.712.068,38	34.028.652,21	32.660.513,37	188.937.117,17
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.337.000,00	10.348.600,00	10.200.482,30	10.200.482,30	10.200.482,30	148.117,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	33.842.000,00	33.712.463,33	33.703.721,71	33.703.721,71	32.743.816,61	8.741,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	3.000.000,00	600.000,00	0,00	0,00	0,00	600.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	942.316.000,00	1.058.638.612,10	812.963.888,09	753.881.021,64	744.125.981,86	245.674.724,01
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	942.316.000,00	1.058.638.612,10	812.963.888,09	753.881.021,64	744.125.981,86	245.674.724,01
SUPERÁVIT (IX)	342.278.000,00	286.202.463,80	300.910.795,48	359.993.661,93	369.748.701,71	-14.708.331,68
TOTAL (X) = (VII + IX)	1.284.594.000,00	1.344.841.075,90	1.113.874.683,57	1.113.874.683,57	1.113.874.683,57	230.966.392,33

ANEXO I - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
DESPESAS CORRENTES	18.416.666,26	47.914.824,03	18.137.199,63	18.123.557,28	13.984.646,79	34.209.643,87
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.993.451,61	6.041.589,85	2.038,97	2.038,97	233,92	8.032.768,57
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	2.002,66	0,00	0,00	2.002,66	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.423.214,65	41.871.231,52	18.135.160,66	18.121.518,31	13.982.410,21	26.176.875,30
DESPESAS DE CAPITAL	7.982.092,33	22.897.760,08	19.467.901,80	19.193.114,14	5.939.828,26	5.472.122,35
INVESTIMENTOS	7.982.092,33	21.437.760,08	19.467.901,80	19.193.114,14	4.479.828,26	5.472.122,35
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	1.460.000,00	0,00	0,00	1.460.000,00	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
TOTAL	26.398.758,59	70.812.584,11	37.605.101,43	37.316.671,42	19.924.475,05	39.681.766,22

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS E LIQUIDADOS					
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	1.610.014,20	8.324.213,63	8.304.971,12	9.214,62	1.620.042,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.384,16	3.900.096,41	3.893.260,38	2.290,26	67.929,93
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	678.626,78	678.449,59	177,19	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.546.630,04	3.745.490,44	3.733.261,15	6.747,17	1.552.112,16
DESPESAS DE CAPITAL	3.108.898,12	1.504.025,30	2.673.257,22	81.278,41	1.858.387,79
INVESTIMENTOS	3.107.732,17	523.401,15	1.692.633,07	81.278,41	1.857.221,84
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.165,95	0,00	0,00	0,00	1.165,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	980.624,15	980.624,15	0,00	0,00
TOTAL	4.718.912,32	9.828.238,93	10.978.228,34	90.493,03	3.478.429,88

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 - Considerações Gerais

O Balanço Orçamentário, segundo a NBC T 16.6, evidencia as receitas e as despesas orçamentárias detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e suas alterações com a execução.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada.

Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

Dessa forma, no momento inicial da execução orçamentária, tem-se, via de regra, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada e constata-se que toda despesa a ser executada está amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício.

Nota 02 - Receitas e Despesas Intraorçamentárias:

QUADRO DAS RECEITAS E DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS DE 2016

RECEITAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	SALDO
OUTRAS RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	70.000,00	70.000,00	66.178,80	3.821,20
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	70.000,00	70.000,00	66.178,80	3.821,20
RESTITUIÇÕES A PML - CAMARA - INSS	70.000,00	70.000,00	66.178,80	3.821,20

DESPESAS CORRENTES INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	96.868.000,00	98.600.835,49	93.296.945,72	93.296.945,72	93.296.945,72	5.303.889,77
APLICAÇÃO DIRETA ENTRE ÓRGÃOS	96.868.000,00	98.600.835,49	93.296.945,72	93.296.945,72	93.296.945,72	5.303.889,77
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	96.868.000,00	98.600.835,49	93.296.945,72	93.296.945,72	93.296.945,72	5.303.889,77

DESPESAS DE CAPITAL INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	16.274.000,00	16.312.000,00	16.307.638,05	16.307.638,05	16.274.245,54	4.361,95
APLICAÇÃO DIRETA ENTRE ÓRGÃOS	16.274.000,00	16.312.000,00	16.307.638,05	16.307.638,05	16.274.245,54	4.361,95
PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO	16.274.000,00	16.312.000,00	16.307.638,05	16.307.638,05	16.274.245,54	4.361,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	16.274.000,00	16.312.000,00	16.307.638,05	16.307.638,05	16.274.245,54	4.361,95
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	11.935.000,00	13.286.000,00	13.267.936,53	13.267.936,53	13.224.657,79	18.063,47
APLICAÇÃO DIRETA ENTRE ÓRGÃOS	11.935.000,00	13.286.000,00	13.267.936,53	13.267.936,53	13.224.657,79	18.063,47

OUTROS ENCARGOS DA DÍVIDA	11.935.000,00	13.286.000,00	13.267.936,53	13.267.936,53	13.224.657,79	18.063,47
ENCARGOS DA DÍVIDA	11.935.000,00	13.286.000,00	13.267.936,53	13.267.936,53	13.224.657,79	18.063,47

Receitas Correntes Intraorçamentárias

Restituição da Câmara de Londrina em favor do Município de Londrina no valor de R\$ 66.178,80, referente a parcelamento da dívida do INSS consolidada, confessada mediante a Lei nº 2187/2007 e posteriormente reparcada por meio da Lei nº 12.810/2013, junto à Receita Federal do Brasil. Restam a restituir um montante de R\$1.130.554,98.

Despesas Correntes Intraorçamentárias

Contribuição para a unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social – CAAPSM, conforme artigo 78, inciso I e II, da Lei Municipal 11.348/2011.

Contribuição relativa ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores de Londrina, conforme artigo 121 e 126 da Lei Municipal nº11.348/2011.

Despesas de Capital Intraorçamentárias

Trata-se de confissão dívida do ente federativo em relação ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais de Londrina, firmado por meio das leis municipais nºs 9.566/2004 e 10.313/2007.

Nota 03 – Movimentação dos Créditos**DETALHAMENTO DA DESPESAS EXECUTADAS POR TIPO DE CRÉDITO**

TIPO DE CRÉDITO	INICIAL	TOTAL DA DESPESA AUTORIZADA	TOTAL DA DESPESA EXECUTADA (EMPENHADA) POR TIPO DE CRÉDITO	% DA EXECUÇÃO
1 - INICIAL + SUPLEMENTAR	942.316.000,00	1.033.628.612,10	787.953.888,09	76%
2 - ESPECIAL	0,00	25.010.000,00	25.010.000,00	100%
3 - EXTRAORDINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL 2016 (1+2+3)		1.058.638.612,10	812.693.888,09	77%
A EMPENHAR			245.674.724,01	23%

Foi executado 77% do valor total de créditos autorizados (inicial + suplementar), 23% não foram empenhados em 2016.

Não houve abertura de créditos extraordinários em 2016. Créditos Especiais abertos representam 3,08% do total da despesa realizada em 2016.

Nota 04 – Movimentação detalhada por grupo da fonte de recursos:

DESCRIÇÃO	GRUPO DA FONTE DE RECURSOS		
	DO EXERCÍCIO	EXERCÍCIOS ANTERIORES	TOTAL
1 - EMPENHADOS	783.941.442,71	62.265.409,78	846.206.852,49
2 - ESTORNADOS	-30.142.357,82	-3.101.857,32	-33.244.215,14
3 - REVERSÃO DE ESTORNO	1.250,74	0,00	1.250,74
SUBTOTAL (1-2+3)	753.800.335,63	59.163.552,46	812.963.888,09

Os estornos foram de 3,929% em relação ao total empenhado no exercício de 2016.

A Utilização da fonte de recursos do exercício foi de 92,72% e 7,28% de exercícios anteriores.

Nota 05 – Análise do Anexo 12 – Balanço Orçamentário**ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA**

Indicador	Metodologia	2016	%
EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO	DESPESA/RECEITA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Despesa Fixada Atualizada	1.058.638.612,10	0,79
	Receita Prevista Atualizada	1.344.841.075,90	
	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	286.202.463,80	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se há equilíbrio entre a despesa fixada e a receita prevista na LOA		
	Igual a 1 - Há equilíbrio orçamentário.		
	Maior que 1 - A diferença representa previsão de superávit orçamentário.		
	Menor que 1 - No âmbito da Administração direta a Lei de Orçamento foi aprovada com superávit orçamentário.		
	Conclusão: A Lei de Orçamento – LOA demonstra Superávit Orçamentário de R\$ 286.202.463,80, conclui-se que houve abertura de crédito adicionais por meio de superávit de exercícios anteriores.		

EXECUÇÃO DA RECEITA	RECEITA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Realizada	1.113.874.683,57	0,83
	Prevista	1.344.841.075,90	
	INSUFICIÊNCIA DE ARRECADAÇÃO	230.966.392,33	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Avalia a eficácia da arrecadação em relação à receita prevista.		
	Igual a 1 - Há equilíbrio entre a receita realizada em relação à prevista.		
	Maior que 1 - A diferença representa excesso de Arrecadação.		
	Menor que 1 - Houve insuficiência de arrecadação.		
	Conclusão: O resultado indica insuficiência de arrecadação no exercícios de R\$ 230.966.392,33.		
EXECUÇÃO DA DESPESA	DESPESA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Executada	812.963.888,09	0,77
	Autorizada	1.058.638.612,10	
	ECONOMIA DE DESPESA	245.674.724,01	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Avalia a eficácia da execução da despesa fixada.		
	Igual a 1 - Há equilíbrio entre a despesa realizada em relação à fixada.		
	Maior que 1 - A diferença representa excesso de despesa, ou seja, se a dotação foi utilizada sem autorização legal.		
	Menor que 1 - Houve economia de despesa.		
	Conclusão: Houve economia de despesa no exercício de R\$ 245.674.724,01.		
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	RESULTADO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Receita Realizada	1.113.874.683,57	1,37
	Despesa Executada	812.963.888,09	
	SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	300.910.795,48	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se houve superávit ou déficit orçamentário		
	Igual a 1 - Há equilíbrio no resultado orçamentário.		
	Maior que 1 - Há superávit orçamentário na execução.		
	Menor que 1 - Há déficit na execução orçamentária.		
	Conclusão: No âmbito da administração direta houve superávit orçamentário de R\$ 300.910.795,48.		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	RESULTADO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Receita Corrente	1.074.791.857,38	1,52
	Despesa Corrente	706.347.615,70	
	SUPERÁVIT CORRENTE	368.444.241,68	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se a receita corrente suportou as despesas correntes ou foi necessário utilizar receita de capital		
	Igual a 1 - Há equilíbrio na execução orçamentária corrente.		
	Maior que 1 - Há superávit orçamentário corrente.		
	Menor que 1 - Há déficit orçamentário corrente, indicando que foi necessário utilizar recursos de capital.		
	Conclusão: Houve superávit corrente de R\$ 368.444.241,68.		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL	RESULTADO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Receita Capital	39.016.647,39	0,37
	Despesa Capital	106.616.272,39	
	SUPERÁVIT CORRENTE	-	67.599.625,00
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica se no período ocorreu superávit ou déficit de capital		

Igual a 1 - Há equilíbrio na execução orçamentária de capital.
Maior que 1 - Há superávit orçamentário de capital por alienação de bens ou operação de crédito.
Menor que 1 - Há déficit orçamentário de capital, evidenciando que houve utilização da receita corrente para cobertura de despesa de capital.
Conclusão: Houve utilização de R\$ 67.599.625,00 de receitas correntes para financiamento de despesas de capital, situação que é perfeitamente compatível com a legislação.

Nota 06 – Considerações Finais

O desempenho da execução orçamentária da administração direta em 2016 foi superavitário, também denominado de resultado positivo, pois houve sobra de recursos orçamentários, conclui-se que este resultado foi decorrente da economia de despesa, visto que não houve excesso de arrecadação no período. O superávit é necessário para repassar recursos financeiros em forma de transferências financeiras ou aportes às administrações indiretas para o custeamento de suas atividades operacionais no decorrer do exercício.

Londrina, 31 de dezembro de 2016. Alexandre Lopes Kireeff – Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez – Controlador-Geral do Município, Danilo Ap. Landegrati Barbosa – Contador CRC PR nº. 65.601/O-0

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – EXERCÍCIO DE 2016
ANEXO 15 – LEI 4.320/64

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
Contas Contábeis	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.337.607.626,91	1.496.267.436,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	584.737.393,70	511.794.064,41
Impostos	546.871.195,22	478.689.553,60
Taxas	37.048.731,80	32.344.306,87
Contribuições de Melhoria	817.466,68	760.203,94
Contribuições	30.960.647,19	18.168.499,52
Contribuição de Iluminação Pública	30.960.647,19	18.168.499,52
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.715.289,17	3.240.596,33
Exploração de Bens e Direitos e Prestação de Serviços	2.715.289,17	3.240.596,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	182.898.753,74	157.885.326,26
Juros e Encargos de Mora	63.136.811,31	26.831.193,14
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	28.974.643,46	27.388.153,55
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	90.787.298,97	103.665.979,57
Transferências e Delegações Recebidas	487.406.904,19	425.912.184,79
Transferências Intragovernamentais	163.674,63	578.203,56
Transferências Intergovernamentais	485.181.513,22	423.667.901,98
Transferências das Instituições Privadas	1.660.302,63	1.163.345,13
Transferências de Pessoas Físicas	401.413,71	502.734,12
Valorização e Ganhos com Ativos	28.968.692,65	845.581,83
Ganhos com Alienação	236.192,00	626.886,40
Ganhos com Incorporação de Ativos	24.744.800,00	218.695,43
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	3.987.700,65	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.019.919.946,27	378.421.183,76
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	523.979.176,34	87.724.474,47
Resultado Positivo de Participações	5.271,66	25.738.769,30
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	360.903.595,46	10.563,22
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	135.031.902,81	264.947.376,77

Contas Contábeis	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.189.480.508,11	2.146.094.281,09
Pessoal e Encargos	453.486.868,95	384.599.480,70
Remuneração a Pessoal	288.357.603,84	245.816.745,57
Encargos Patronais	94.334.426,35	79.604.884,50
Benefícios a Pessoal	23.225.294,36	20.259.578,37
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	47.569.544,40	38.918.272,26
Benefícios Previdenciários	82.965,81	75.073,11
Aposentadorias e Reformas	82.965,81	75.073,11
Benefícios Assistenciais	15.023,81	12.524,36
Benefícios Eventuais	15.023,81	12.524,36
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo.	151.757.505,73	127.259.332,44
Uso de material de consumo	25.633.615,52	22.454.389,89
Serviços	126.123.890,21	104.804.942,55
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	179.273.395,24	322.437.573,24
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	147.316.399,93	322.215.874,54
Juros e Encargos de Mora	32.993,88	18.498,67
Variações Monetárias e Cambiais	31.924.001,43	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	203.200,03
Transferências e Delegações Concedidas	382.807.039,72	351.513.388,21
Transferências Intragovernamentais	333.129.361,33	307.252.582,05
Transferências a Instituições Privadas	49.482.300,70	44.213.719,00
Transferências a Consórcios Públicos	195.377,69	47.087,16
Desvalorização e Perda de Ativos	895.342.773,68	830.488.500,53
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	530.927.000,60	828.894.204,25
Perdas com Alienação	0,00	1.594.239,37
Perdas Involuntárias	28.636,60	56,91
Desincorporação de Ativos	364.387.136,48	0,00
Tributárias	10.451.494,75	8.676.215,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias.	997.795,44	123.744,50
Contribuições	9.453.699,31	8.552.470,56
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	116.263.440,42	121.032.193,44
Incentivos	5.174.976,16	4.340.746,16
VPD de Constituição de Provisões	50.000,00	1.050.000,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	111.038.464,26	115.641.447,28
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	148.127.118,80	- 649.826.844,19

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	63.697.036,31	73.606.751,45
Desincorporação de Passivos	33.703.721,71	25.956.906,38
Incorporação de Passivos	33.988.000,19	42.368.670,84
Desincorporação de Ativos	236.192,00	626.886,40

NOTAS EXPLICATIVAS**Nota 01 – Considerações Gerais**

Quaisquer alterações nos elementos patrimoniais (bens, direitos e obrigações), são denominadas de variações patrimoniais, as quais podem acarretar ou não o Patrimônio Líquido da entidade.

As Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas são todas aquelas que acarretam aumento do Patrimônio Líquido. Tal aumento não necessariamente será provocado pelo ingresso de recursos financeiros no disponível da entidade, mas poderá ser de origem de outros fatos contábeis como, por exemplo, o reconhecimento de direitos a receber de origem tributária ou não, inscritos ou não em dívida ativa reconhecidos por competência.

As Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas são todas aquelas que acarretam a redução do Patrimônio Líquido. Tal diminuição não necessariamente será provocado pelo egresso de recursos financeiros no disponível da entidade, mas poderá ser de origem de outros fatos contábeis como, por exemplo, ajustes de perdas de créditos a receber inscritos de origem tributária ou não, inscritos ou não em dívida ativa reconhecidos por competência.

As Variações Patrimoniais Mistas ou Compostas, são oriundas de fatos administrativos, que alteram os elementos patrimoniais sem afetar o Patrimônio Líquido da entidade. São provenientes de fatos contábeis permutativos.

Diante dos conceitos acima, o resultado patrimonial do período foi superavitário no valor de R\$ 148.127.118,80, enquanto no exercício anterior foi deficitário em R\$ 649.826.844,19, que gerou uma variação positiva de 538,70% em relação ao exercício anterior. O resultado indica que dentre as variações aumentativas e diminutivas, houve aumento significativo das variações patrimoniais que afetaram os elementos do Patrimônio Líquido.

As Variações Patrimoniais Qualitativas são decorrentes das transações que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, a saber:

- a) Incorporação de Ativo
- b) Desincorporação de Passivo
- c) Incorporação de Passivo
- d) Desincorporação de Ativos

Nota 02 – Análise dos resultados por atividade sob enfoque patrimonial.

O enfoque é demonstrar os resultados por operações específicas ou assemelhadas pelo desdobramento do conjunto de contas de resultados.

Nota 2.1. – Impacto nos resultados das atividades próprias ou administrativa do Município.

Contas Contábeis	31/12/2016	AV%	31/12/2015	AV%	AH%
RECEITAS PRÓPRIAS (+)	618.413.330,06	100,00	533.203.160,26	100,00	15,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	584.737.393,70	94,55	511.794.064,41	95,98	14,25
Contribuições	30.960.647,19	5,01	18.168.499,52	3,41	70,41
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.715.289,17	0,44	3.240.596,33	0,61	-16,21
DESPESAS PRÓPRIAS OU ADMINISTRATIVAS (-)	615.793.859,05	100,00	520.622.625,67	100,00	18,28
Pessoal e Encargos	453.486.868,95	73,64	384.599.480,70	73,87	17,91
Benefícios Previdenciários	82.965,81	0,01	75.073,11	0,01	10,51
Benefícios Assistenciais	15.023,81	0,00	12.524,36	0,00	19,96
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	151.757.505,73	24,64	127.259.332,44	24,44	19,25
Tributárias	10.451.494,75	1,70	8.676.215,06	1,67	20,46
RESULTADOS DAS ATIV.PRÓPR. OU ADMINISTRATIVAS	2.619.471,01	--	12.580.534,59	--	-79,18

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

Os resultados patrimoniais demonstram que houve uma redução do superávit de 79,18% no exercício atual em relação ao anterior em função do aumento das despesas operacionais executadas ou reconhecidas por competência.

As atividades operacionais e administrativas do Município, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

Nota 2.2. – Impacto nos resultados da movimentação financeira.

Contas Contábeis	31/12/2016	AV%	31/12/2015	AV%	AH%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras (+)	182.898.753,74	100,00	157.885.326,26	100,00	15,84
Juros e Encargos de Mora	63.136.811,31	34,52	26.831.193,14	16,99	135,31
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	28.974.643,46	15,84	27.388.153,55	17,35	5,79

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	90.787.298,97	49,64	103.665.979,57	65,66	-12,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras (-)	179.273.395,24	100,00	322.437.573,24	100,00	179,86
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	147.316.399,93	82,17	322.215.874,54	99,93	-54,28
Juros e Encargos de Mora	32.993,88	0,02	18.498,67	0,01	78,36
Variações Monetárias e Cambiais	31.924.001,43	17,81	0,00	0,00	100,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00	203.200,03	0,06	-100,00
RESULTADOS DAS CONTAS DAS VARIAÇÕES FINANCEIRAS	3.625.358,50	-.	-164.552.246,98	-.	4.638,92

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

O resultado da variação financeira demonstra que a movimentação financeira no exercício foi positiva, apresentando um crescimento de 4.638,92% em relação ao ano anterior, dentre as razões, citamos os ajustes de encargos financeiros reconhecidos por competência sobre os encargos de multa e juros sobre créditos tributários ou não, inscritos ou não em dívida ativa do município.

As atividades da movimentação financeira, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência.

Nota 2.3. – Impacto nos Resultados das contas de Transferências e Delegações Recebidas e Concedidas.

Contas Contábeis	31/12/2016	AV%	31/12/2015	AV%	AH%
Transferências e Delegações Recebidas (+)	487.406.904,19	100,00	425.912.184,79	100,00	14,44
Transferências Intragovernamentais	163.674,63	0,03	578.203,56	0,14	-71,69
Transferências Intergovernamentais	485.181.513,22	99,54	423.667.901,98	99,47	14,52
Transferências das Instituições Privadas	1.660.302,63	0,34	1.163.345,13	0,27	42,72
Transferências de Pessoas Físicas	401.413,71	0,08	502.734,12	0,12	-20,15
Transferências e Delegações Concedidas (-)	382.807.039,72	100,00	351.513.388,21	100,00	8,90
Transferências Intragovernamentais	333.129.361,33	87,02	307.252.582,05	87,41	8,42
Transferências a Instituições Privadas	49.482.300,70	12,93	44.213.719,00	12,58	11,92
Transferências a Consórcios Públicos	195.377,69	0,05	47.087,16	0,01	314,93
RESULTADOS DAS CONTAS DE TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS E DAS CONCEDIDAS	104.599.864,47	-.	74.398.796,58	-.	40,59

AV% -Análise Vertical - AH% Análise Horizontal (2016/2015)

Este quadro demonstra os valores recebidos de transferências (Intragovernamentais, Intergovernamentais, Instituições Privadas e Transferências de Pessoas Físicas) para o atendimento das atividades públicas. Demonstra também, os recursos que o Município transfere (Intragovernamentais, a Instituições Privadas e a Consórcios Públicos) para atendimento de políticas públicas e, quando for o caso, vinculados a planos de aplicações.

As atividades das contas de transferências e delegações, considerando sua execução orçamentária e os registros de fatos contábeis sob o enfoque patrimonial, são suficientes para cobertura dos dispêndios desta categoria, desde que se efetivem os direitos a receber que foram reconhecidos por competência, neste caso, em especial podemos citar como exemplo, os restos a receber das operações intergovernamentais de 2016 que serão repassados em 2017.

Nota 2.4. – Impacto nos Resultados da Movimentação de Ativos.

Contas Contábeis	31/12/2016	AV%	31/12/2015	AV%	AH%
Valorização e Ganhos com Ativos	28.968.692,65	100,00	845.581,83	100,00	3.325,89
Ganhos com Alienação	236.192,00	0,82	626.886,40	74,14	-62,32
Ganhos com Incorporação de Ativos	24.744.800,00	85,42	218.695,43	25,86	11.214,73
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	3.987.700,65	13,77	0,00	0,00	100,00
Desvalorização e Perda de Ativos	895.342.773,68	100,00	830.488.500,53	100,00	7,81
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	530.927.000,60	59,30	828.894.204,25	99,81	-35,95
Perdas com Alienação	0,00	0,00	1.594.239,37	0,19	-100,00
Perdas Involuntárias	28.636,60	0,00	56,91	0,00	50.219,10
Desincorporação de Ativos	364.387.136,48	40,70	0,00	0,00	100,00
RESULTADOS DA MOVIMENTAÇÃO DE ATIVOS	-866.374.081,03	-.	-829.642.918,70	-.	4,43

Os Ganhos com Incorporação de Ativos se referem basicamente à incorporação extraorçamentária de aquisição de terreno parcelada junto à Companhia de Habitação de Londrina, no valor de R\$ 24.743.000,00 para construção do Pólo Industrial de Londrina.

A Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas, corresponde a: R\$ 503.010.336,91 em virtude de provisão para perdas em créditos reconhecidos; e R\$ 27.916.663,69 decorrentes de reconhecimento de provisão para perdas com investimento na COHAB.

As perdas involuntárias que totalizam R\$ 28.636,60 foram de sinistros ocorridos com bens patrimoniais.

A Desincorporação de Ativos, em sua totalidade, refere-se à reclassificação contábil da conta Outros Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária de Origem Diversa, que foi excluída do Plano de Contas válido a partir de 2017. Os lançamentos anularam a variação não causando impacto patrimonial (houve variação negativa em Desincorporação de Ativos e Variação positiva em Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar).

Nota 2.5. – Impacto nos Resultados das Outras Variações Patrimoniais.

Contas Contábeis	31/12/2016	AV%	31/12/2015	AV%	AH%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.019.919.946,27	100,00	378.421.183,76	100,00	169,52
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	523.979.176,34	51,37	87.724.474,47	23,18	497,30
Resultado Positivo de Participações	5.271,66	0,00	25.738.769,30	6,80	-99,98
Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas	360.903.595,46	35,39	10.563,22	0,00	3.416.505,88
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	135.031.902,81	13,24	264.947.376,77	70,01	-49,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	116.263.440,42	100,00	121.032.193,44	100,00	-3,94
Incentivos	5.174.976,16	4,45	4.340.746,16	3,59	19,22
VPD de Constituição de Provisões	50.000,00	0,04	1.050.000,00	0,87	-95,24
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	111.038.464,26	95,51	115.641.447,28	95,55	-3,98
RESULTADOS DAS OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	903.656.505,85	-.-	257.388.990,32	-.-	251,09

Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar – Do total, R\$ 364.387.136,48 refere-se a contrapartida contida na nota 2.4; R\$ 159.544.057,56 de atualização de Outros Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária; e a diferença R\$ 47.982,30 trata-se de receitas orçamentárias variadas.

Resultado Positivo de Participações – Dividendos reconhecidos nos valores de R\$ 4.652,14 – Condomínio Terminal Rodoviário de Londrina; e R\$ 619,52 – Ações da Central de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA-PR.

Reversão de Provisões e Ajustes de Perdas - houve reclassificação contábil e reversão no valor de R\$ 360.903.595,46 com nova Provisão registrada em Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas;

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas –Variação com Bonificações R\$ 1.532,08; Cancelamento de dívidas de R\$ 121.936.623,64 que se referem a precatórios reclassificados; Aplicação de multas administrativas no valor de R\$ 8.589.945,40; Indenizações e Restituições R\$ 1.806.173,84; e Ônus de Sucumbência R\$ 2.697.627,85.

Os Incentivos – Refere-se às despesas pagas à conta de auxílio a pessoas físicas não vinculadas a projetos incentivados.

A Constituição de Provisões – R\$ 50.000,00 são as Provisões Para Riscos Fiscais previstos na LDO 2017.

Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – do total, R\$ 107.912.888,00 correspondem a reconhecimentos, reclassificação e atualização de Precatórios; R\$ 405.355,80 são decorrentes de adiantamento concedidos para viagens; R\$ 971.907,14 indenizações e restituições; houve diversas restituições, tais como restituição a contribuintes e devolução de convênios, no total de R\$ 928.982,32; e o valor de R\$ 819.331,00 é decorrente de impugnação de convênios e o valor deverá ser devolvido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Nota 03 – Das Variações Qualitativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS(decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Incorporação de Ativos	63.697.036,31	73.606.751,45
Desincorporação de Passivos	33.703.721,71	25.956.906,38
Incorporação de Passivos	33.988.000,19	42.368.670,84
Desincorporação de Ativos	236.192,00	626.886,40

O quadro das Variações Qualitativas, conforme O MCASP 6ª edição, faculta sua publicação em Jornal Oficial, porém quando forem relevantes suas informações serão publicadas.

As informações qualitativas decorrem da execução orçamentária do exercício e sua análise tem por base registros permutativos que não afetam o resultado patrimonial do exercício e nas decisões econômicas de gestão de governo, porém necessárias para uma análise geral da movimentação patrimonial do respectivo período.

Evidencia também de que forma a administração influenciou nas alterações qualitativas do setor público.

Nota 04. – Considerações Finais

O resultado patrimonial do exercício não é um indicador de desempenho do município, mas um medidor de quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas ou qualitativas dos elementos patrimoniais no respectivo período.

Para a administração pública é um indicador de gestão fiscal, por isso, a evolução do Patrimônio Líquido é objeto de análise do anexo de metas fiscais integrantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme LC 101/00, art. 4º parágrafo 2º, inciso III.

Londrina, 31 de dezembro de 2016. Alexandre Lopes Kireeff – Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez – Controlador-Geral do Município, Danilo Ap. Landegrafi Barbosa – Contador CRC PR nº. 65.601/O-0

DEMONSTRATIVO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2016

DESCRIÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	R\$	R\$
INGRESSOS	1.075.021.160,81	979.514.212,14
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINAIS	622.092.830,99	560.609.352,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	452.862.151,02	418.838.680,74
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	66.178,80	66.178,80
DESEMBOLSOS	1.028.079.059,31	900.820.417,70
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	457.152.376,14	388.167.456,13
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	22.557.205,78	16.197.627,55
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	384.638.889,53	351.358.199,09
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	163.730.587,86	145.097.134,93
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	46.942.101,50	78.693.794,44
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	R\$	R\$
INGRESSOS	236.192,00	626.886,40
ALIENAÇÃO DE BENS	236.192,00	626.886,40
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS	0,00	0,00
OUTROS INGRESSOS DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
DESEMBOLSOS	63.746.742,88	73.516.038,07
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	53.546.260,58	63.970.954,46
CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0,00	
INVERSÕES FINANCEIRAS	10.200.482,30	9.545.083,61
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS (II)	-63.510.550,88	-72.889.151,67
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	R\$	R\$
OUTROS INGRESSOS	38.780.455,39	49.330.816,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	33.988.000,19	42.368.670,84
INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DE EMPRESAS DEPENDENTES	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL RECEBIDAS	4.792.455,20	6.962.145,70
OUTROS INGRESSOS DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	33.724.440,76	25.836.338,53
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	33.724.440,76	25.836.338,53
OUTROS DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTOS	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS (III)	5.056.014,63	23.494.478,01
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES	R\$	R\$
OUTROS INGRESSOS	617.595.166,27	556.996.695,09
VALORES RESTITUÍVEIS	617.595.166,27	556.996.695,09
OUTROS DESEMBOLSOS	615.876.532,62	552.240.058,86
VALORES RESTITUÍVEIS	615.876.532,62	552.240.058,86
FLUXO DE CAIXA DE OUTRAS MOVIMENTAÇÕES - RETITUÍVEIS (IV)	1.718.633,65	4.756.636,23

OPERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA (I+II+III)+(IV)

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	-9.793.801,10	34.055.757,01
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA INICIAL	219.857.501,06	185.801.744,05
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA FINAL	210.063.699,96	219.857.501,06

NOTAS EXPLICATIVAS**Nota 01 – Considerações Gerais**

O Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DFC objetiva contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiro dos órgãos e entidades do setor público.

As informações da DFC são úteis para proporcionar aos usuários informações sobre a capacidade da entidade em gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como sua capacidade de liquidez em cada fluxo gerado das atividades.

Desta forma, permite projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

A DFC deve ser elaborada pelo método direto e evidenciar as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes, nos seguintes fluxos:

- a) Das operações
- b) Dos investimentos
- c) Dos financiamentos

A DFC foi elaborada com base na Instrução de Procedimentos Contábeis 08 – IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A soma dos três fluxos deverá corresponder à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício em relação ao saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do exercício anterior (IPC 08item 18).

Nota 02 – Dos elementos de Caixa e Equivalentes de Caixa Detalhado

A disponibilidade é composta por caixa, equivalentes de caixa e realizável com atributo financeiro. O saldo de caixa refere-se aos recursos disponíveis em contas correntes bancárias.

Os equivalentes de caixa são as aplicações financeiras de alta liquidez e realizáveis de curto e longo prazo, constituídos dos seguintes valores:

CONTAS CONTÁBEIS	2016	2015
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA	210.063.699,96	219.857.501,06
CAIXA E EQUIVALENTE A CAIXA EM MOEDA NACIONAL	167.430.531,10	181.971.934,25
CAIXA E BANCO	5.555.582,55	15.065.549,22
Caixa	0,00	0,00
Banco Conta Movimento	5.555.582,55	15.065.549,22
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	161.874.948,55	166.906.385,03
Poupanças	13.170.198,37	35.445.782,82
Fundo de Aplicações Financeiras	148.704.750,18	131.460.602,21
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	42.037.259,05	37.289.657,00
Tributos a Recuperar / Compensar - Intra OFSS	57.390,81	0,00
Tributos a Recuperar / Compensar	57.390,81	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados - Consolidação	40.925.494,95	34.508.133,11
Depósitos Judiciais	27.744,37	22.782,74
Depósitos Restituíveis e Vinculados em Conta Especial - Precatórios - Controlado pelo Tribunal de Justiça	40.897.750,58	34.485.350,37
Outros Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	22.219,44	21.770,74
Depósitos de Precatórios Restituíveis	22.219,44	21.770,74
Outros Créditos Diversos Inscritos	208.862,74	208.042,31
COSIP - Iluminação Pública a Receber	208.862,74	208.042,31
Outros Créditos a Receber Devedores Diversos	823.291,11	2.551.710,84
Outros Créditos a Receber Devedores Diversos	4.540,04	4.540,04
Outros Créditos a Receber de Entidades	804.895,22	2.533.314,95
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento	13.855,85	13.855,85
ATIVO REALIZAVEL DE LONGO PRAZO	595.909,81	595.909,81
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	595.909,81	595.909,81
Créditos a Receber em Poder da Justiça	595.909,81	595.909,81

Nota 03 – Receitas Derivadas das Operações

Compreende as receitas orçamentárias realizadas, ou seja, efetivamente recebidas no exercício.

Nota 04 – Transferências Financeiras

As Transferências Intergovernamentais compreendem a entrega de recursos, de um ente para o outro, de esferas distintas de governo não guardando relação de operação no âmbito do orçamento de cada ente. Podem ser voluntárias, ou decorrentes de determinação constitucional ou legal.

Nota 05 – Outras Movimentações

Para fins de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), os valores da fonte de recursos extraorçamentários integram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, mas não são utilizados para financiar os fluxos de atividades operacionais, de investimentos e de financiamento. São exemplos desses recursos os depósitos e cauções recebidos.

Nota 06 – Da Análise da Variação da Capacidade Financeira

Avalia a influência das atividades operacionais na geração líquida de caixa da entidade.

Indicador	Metodologia	2016	%
CAPACIDADE DA ATIVIDADE OPERACIONAL	VARIAÇÃO DA CAPACIDADE GERADORA	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	QUOCIENTE
	Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais	46.942.101,50	120,86%
	Total da Geração Líquida de Caixa	-9.793.801,10	
	RESULTADO DA VARIAÇÃO	56.735.902,60	
	INDICADOR DE AVALIAÇÃO		
	Indica quanto da geração líquida de caixa da entidade foi atribuída às atividades operacionais		
	Conclusão: O fluxo das atividades operacionais contribuiu significativamente para a diminuição do fluxo negativo de caixa da entidade.		

Nota 07 – Considerações Finais

A DFC é um instrumento de avaliação da gestão pública, pois permite inferir de quais formas as decisões de alocação de recursos na prestação de serviços públicos, em suas atividades operacionais, de investimento e financiamentos, influenciou na liquidez da entidade de forma a prevenir insuficiência financeira futura.

O resultado dos fluxos da entidade, por meio da análise da DFC, demonstra a necessidade da entidade em gerar mais receitas por meio das atividades operacionais, pois são as principais fontes de recursos e geradores de receita do município, capazes de financiar os dispêndios de suas atividades e, inclusive financiar outras operações. Evitando desta forma aumentar as operações de créditos para o financiamento das despesas de capital.

Londrina, 31 de dezembro de 2016. Alexandre Lopes Kireeff – Prefeito do Município, João Carlos Barbosa Perez – Controlador-Geral do Município, Danilo Ap. Landegrafi Barbosa – Contador CRC PR nº. 65.601/O-0

EXPEDIENTE

JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO

Lei n.º 6.939, de 27/12/96 - Distribuição gratuita

Prefeito do Município – Marcelo Belinati Martins

Secretário de Governo – Janderson Marcelo Canhada

Jornalista Responsável – Alexandre Sanches

Editoração – Yvi Leíse Rosa Calvani - Núcleo de Comunicação da Prefeitura de Londrina

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E IMPRESSÃO - Av. Duque de Caxias, 635 - CEP 86.015-901 - Londrina-PR - Fone: (43) 3372-4013

Endereço Eletrônico: <http://www.londrina.pr.gov.br/jornaloficial> - **E-mail:** jornaloficial@londrina.pr.gov.br

A íntegra dos materiais referentes a licitações está disponível no endereço www.londrina.pr.gov.br